

Luína Hilda Lima Alves David Soares

O Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: Da análise biobibliográfica à organização da informação

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão
Marques Ferrer: da análise biobibliográfica
à organização da informação

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	O ARQUIVO PESSOAL DE JOAQUIM FALCÃO MARQUES FERRER: DA ANÁLISE BIOBIBLIOGRÁFICA À ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Autora	Luína Hilda Lima Alves David Soares
Orientadora	Maria Cristina Vieira de Freitas
Júri	Presidente: Doutora Maria Manuel Lopes Figueiredo Costa Marques Borges Vogais: 1. Doutor Carlos Guardado da Silva 2. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas
Identificação do Curso	2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media
Área científica	Ciência da Informação
Especialidade/Ramo	Arquivística/Arquivos Pessoais
Data da defesa	17-7-2014
Classificação	18 Valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco e Dinora, pelo apoio e incentivo.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é dirigido à Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas pela exemplar orientação, pelo incondicional apoio, incentivo e indispensável ajuda ao longo destes longos meses de trabalho.

Aos meus pais e a toda a família que, mesmo distantes, sempre fizeram chegar a sua força e incentivo para que eu pudesse lutar até ao fim.

Ao Doutor Diogo Ferrer, herdeiro e doador do arquivo à FLUC, pela pronta disponibilidade e pelo apoio pontual e discreto, sempre interessado em nos apoiar e responder a todas as nossas dúvidas, sempre que foi necessário. Muito obrigada.

À Doutora Maria Manuel Borges. Diretora do 2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media e diretora dos SBD, pela confiança em mim depositada ao entregarme, no âmbito do Mestrado, o tratamento deste arquivo.

À Doutora Maria do Carmo Dias, pela disponibilidade, simpatia e ajuda, nossa porta de entrada nos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e nossa entrevistada ao longo do percurso.

Um especial agradecimento à Dra. Helena, à D. Luísa, à D. Odete, à D. Maria da Luz, dos SBD, que colaboraram connosco em tudo quanto precisamos e testemunharam, de perto, todas as fases deste nosso trabalho.

Aos amigos e a todos quanto de forma direta ou indireta colaboraram com a elaboração desta dissertação.

Título: O Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: da análise biobibliográfica à organização da informação

Resumo

O objeto de estudo desta dissertação é o Arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer. Trata-se de uma documentação de carácter privado e pessoal, doada pelo herdeiro do titular para fins de organização e disponibilização da informação em livre acesso e que atualmente se encontra depositado nos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Com vista à sua organização, bem como a uma reflexão de todo o processo, iniciamos o estudo com o recenseamento de toda a documentação, recorrendo também à pesquisa biobibliográfica e documental e à realização de entrevistas com as pessoas que conhecem mais de perto este arquivo. Como objetivo geral temos em vista a organização da documentação, que se subdivide em dois processos: a classificação e a ordenação. Identificado o objetivo geral é indispensável a definição dos específicos. Inicialmente pretendemos reconstruir fases da vida do titular do arquivo, para comparar esta informação com os dados do recenseamento e culminar com a elaboração de um quadro de classificação dos diversos conjuntos e com uma reflexão de todo o processo. Após um período de longos meses de trabalho, cumprimos o objetivo proposto e elaboramos o quadro de classificação que deverá ser utilizado no arquivo. Este quadro espelha as principais atividades exercidas pelo titular nas vertentes profissional, intelectual e pessoal. A descrição sumária foi a etapa que se seguiu, com uma identificação e caracterização geral de cada secção, subsecção, série, subsérie e subsubsérie. Esta identificação e caracterização teve o objetivo de referir todos os níveis hierárquicos que resultaram da classificação, bem como as datas extremas e quantidades. Após o processo de organização e descrição, houve a necessidade de incluir um capítulo que se dedicasse à reflexão de todo este processo, com recomendações pertinentes tanto para as etapas posteriores de tratamento deste arquivo, que serão a descrição arquivística dos conjuntos e a posterior divulgação, quanto para a sua exploração em outras áreas, como por exemplo a literatura portuguesa.

Palavras-chave: Arquivos Privados, Arquivos Pessoais, Organização da informação, Classificação em arquivos, Joaquim Falcão Marques Ferrer.

Title: The Personal Archive of Joaquim Falcão Marques Ferrer: bibliographical analysis of the creator and organization of the archival information

Abstract

The subject of this Master thesis is the personal archive of the writer Joaquim Falcão Marques Ferrer. This is a collection of private and personal documents, donated by the heir for the purpose of organizing and disseminating its information in open access. This personal papers and records are currently kept in the Library and Documentation Services of the Faculty of Letters of the University of Coimbra. In order to proceed with its arrangement and to carry out some reflections about the whole process of organization of the information, we started with the typological identification of the documents and with the collection of a set of bibliographical and biographical data about its creator and his works. In order to achieve this goal we conducted a bibliographical and documentary research and interviews with people who know more closely this paper collection and its creator. As a general goal we had in mind the arrangement of the documentation at the level of the subgroups, series, subseries and units. As specific goals we initially intended to reconstruct the life of the creator and contrast it with the data collected in order to propose a classification scheme which reflects the context of the creation and accumulation of the documentation. After a period of many months of work, we finished the study bringing into the light the classification scheme proposed, strongly recommending its application in the case studied. This scheme reflects the main activities performed by the records creator in some professional, intellectual and personal aspects. A brief description of the steps that was followed with a general identification and characterization of each subgroup, series and subseries of records was also provided. This identification and characterization aimed to describe all levels of arrangement proposed as well as the inclusive dates and amounts. After the process of arrangement and general description of all contents, we concluded with a chapter devoted to the reflection of all the steps of process, underlining some relevant recommendations for the later steps of treatment of this documentation, namely the archival description and dissemination of the information in online platform, in order to satisfy the needs of both, general and specialized users, such as Portuguese Literature experts.

Keywords: Private Archives, Personal Archives, Organization of the information, Classification theory, Joaquim Falcão Marques Ferrer.

Sumário

Lista de Ilustrações	viii
Lista de Acrónimos e siglas	ix
Introdução	1
1. Fundamentação teórica do estudo	6
1.1 Arquivística: uma breve abordagem das origens, dos princípios e dos métodos	6
1.2 Os arquivos privados e pessoais: do conceito à organização	11
2. Procedimentos metodológicos adotados no estudo	27
2.1 Primeira etapa: realização de pesquisa biobibliográfica, recenseamento e identificação da documentação do Arquivo	29
2.2 Segunda etapa: o processo de organização do arquivo e reflexão do processo.....	32
3. A organização do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer	36
3.1 Biobibliografia do produtor do Arquivo.....	36
3.2 Caracterização geral do Arquivo	42
3.3 Identificação e Organização do Arquivo	45
3.3.1 Atividades na Função Pública	52
3.3.2 Atividades Pessoais.....	55
3.3.3 Atividades Empresariais.....	58
3.3.4 Atividades Intelectuais.....	60
4. Reflexão do Processo de Organização do APJFMF	66
Conclusão	70
Referências Bibliográficas	73
Apêndices e anexos	77

Lista de Ilustrações

Ilustração 1: Quadro de Classificação proposto por Heredia Herrera (1991. p. 271).	26
Ilustração 2: Folha de recolha de dados utilizada para o recenseamento do APJFMM.....	31
Ilustração 3: Página Web da FLUC com a comunicação da quando da entrega do arquivo. Fonte: http://www.uc.pt/fluc/agenda/espolio_joachim_ferrer	42
Ilustração 4: Foto do AJFMM no depósito de arquivo, ainda em fase de tratamento.	43
Ilustração 5: Documento em mau estado de conservação, Arquivo JFMM.....	45
Ilustração 6: Índice dos Contos, Arquivo JFMM.	47
Ilustração 7: Codificação dos contos, Arquivo JFMM.....	47
Ilustração 8: Composição da Secção Atividades na Função Pública, Arquivo JFMM.	52
Ilustração 9: Composição da Secção Atividades Pessoais, Arquivo JFMM.....	55
Ilustração 10: Composição da Secção Atividades Empresariais, Arquivo JFMM.....	58
Ilustração 11: Composição da Secção Atividades Intelectuais, Arquivo JFMM.	61
Ilustração 12: Atribuição das designações aos contos, pelo próprio titular, de acordo com o contexto.	62

Lista de Quadros

Quadro 1. Entrevistas realizadas no âmbito da organização do AJFMM	30
Quadro 2. Cronograma com as etapas e as respetivas tarefas realizadas	34
Quadro 3. Aspectos relevantes da vida e da obra de Joaquim Ferrer.....	40
Quadro 4. Quadro de classificação do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer.....	50

Lista de Acrónimos e siglas

APBAD: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

APJFMF: Arquivo Pessoal Joaquim Falcão Marques Ferrer.

FLUC: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FRD: Folha de Recolha de Dados.

GCACE: Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas.

GCACI: Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Internas.

ILLP: Instituto de Língua e Literatura Portuguesa.

IPL: Instituto Português do Livro.

JF: Joaquim Ferrer.

MPC: Movimento Pró-confederação / Movimento Confederalista.

NP: Norma Portuguesa.

PEN: *Poetry-Essay-Novel*

SBD: Serviços de Biblioteca e Documentação.

SEC: Secretaria de Estado da Cultura.

TEUC: Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação.

Introdução

Este estudo insere-se no âmbito da organização dos arquivos pessoais. Por arquivo pessoal compreendemos um conjunto de documentos de origem privada que funcionam como guardadores de memórias das diferentes facetas de uma pessoa física ou de famílias. Os documentos são originados durante o desenvolvimento de atividades, tanto profissionais como pessoais. Regra geral este tipo de arquivos guardam cartas, fotografias, documentos de trabalho, diários, currículos, diplomas, entre outros, que nos ajudam a compreender o indivíduo, situando-o no seu próprio contexto e relacionando a sua biografia ao percurso de produção e acumulação da sua própria documentação.

Esta dissertação de mestrado consiste na realização do estudo arquivístico do Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer (de agora em diante APJFMF) ou Sistema de Informação Pessoal¹, com vista à sua organização, culminando com uma reflexão geral a respeito de todo o processo uma vez que o mesmo seja finalizado. A referida documentação, que consta de aproximadamente 7.900 documentos e com 2,5 metros lineares, foi doada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), pelo seu herdeiro e filho, Diogo Falcão Ferrer, aos sete dias do mês de Fevereiro do ano de 2013, com o objetivo de ser completamente organizada e divulgada ao conhecimento do público interessado e à investigação científica.

Conforme se verá em capítulo próprio, o APJFMF configura um conjunto documental extremamente rico e diversificado em termos quer das tipologias documentais nele encontradas, quer das potencialidades que o seu conteúdo pode representar para diferentes tipos de investigadores e perspetivas de análise do conjunto. O seu titular, Joaquim Falcão Marques Ferrer (1914-1994), colecionou ao longo da

¹ **Sistema de Informação Pessoal** – quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano. (Silva, 2004, p.77).

vida diversos tipos de documentos relacionados com as suas atividades pessoais e intelectuais, referentes aos mais diferentes temas e também a aspetos relacionados com o exercício de atividades profissionais, em Portugal ou no estrangeiro, possibilitado que no conjunto documental que nos lega, estejam retratadas e sejam reveladas várias facetas significativas da sua biografia. Trata-se de recortes de jornal e de algumas publicações periódicas nas quais esteve envolvido, de ilustrações próprias ou reunidas, de imagens fotográficas, de documentos textuais abundantes, na forma de manuscritos e datiloscritos de carácter literário ou autobiográfico e mesmo alguns impressos e correspondência pessoal ou profissional, ainda que estas não sejam tão abundantes como costumam ser neste tipo de arquivos. A título de curiosidade, e segundo as informações dadas pelo herdeiro e doador da documentação, JF possuiu mais do que uma biblioteca pessoal, essas foram desfeitas e algumas das obras que restaram foram vendidas.

No que se refere aos procedimentos, ao iniciar-se o reconhecimento e a identificação do conjunto, e conforme as informações confirmadas pelo doador e herdeiro, a documentação havia passado por uma avaliação preliminar, da qual se encarregou a família do titular, tendo sido nesta altura eliminados ou retirados do conjunto diversos documentos. A nossa intervenção iniciou-se pelo seu recenseamento, realizado com o objetivo de contabilizar as unidades documentais, identificar as tipologias e as unidades de instalação. Seguidamente focalizamos os nossos interesses na organização arquivística, procurando classificar e ordenar os documentos, de modo a facilitar a que posteriormente possa ser realizada a descrição das séries documentais e a divulgação do arquivo.

Deste modo, este estudo, inserido no âmbito do 2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media, na área da Ciência da Informação e com o foco nos arquivos, mais precisamente nos pessoais, tem como principal objetivo proceder à organização do Arquivo pessoal de JFMF, com vista à sua disponibilização no futuro, e efetuar algumas reflexões a respeito do processo. Para isso, traçamos como objetivos específicos: reconstituir o percurso de vida do titular do arquivo, efetuando-se a sua biobibliografia e respetiva cronologia, de forma a encontrar coerência entre as

atividades e funções por ele desenvolvidas e os seus reflexos diretos na documentação remanescente no seu arquivo; recensear a documentação, de forma a recolher informações preliminares do seu contexto, conteúdo e estrutura; elaborar uma proposta para a organização da informação do Arquivo, tendo em linha de conta as duas facetas em que se divide o referido processo: a sua classificação e a sua ordenação; e por fim refletir sobre todo o processo.

Deste modo, e referindo aos aspetos metodológicos deste estudo, o processo irá constituir-se do levantamento da vida do titular do arquivo, bem como da organização de toda a documentação e posterior agrupamento dos documentos nas respetivas unidades de arquivísticas e de instalação, sendo estas últimas ainda provisórias, dado que o tratamento não se esgota neste estudo.

Da configuração intelectual das unidades arquivísticas, chegaremos a um quadro que reflete a classificação atribuída aos diversos conjuntos identificados e contextualizados com a biobibliografia do titular. Portanto, em função das especificidades apresentadas pelos documentos estabelecer-se-ão os diferentes níveis hierárquicos, desde os mais gerais até aos mais específicos onde regra geral se encontram as séries e os itens documentais.

De modo a compor a dissertação, este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, para além da introdução e da conclusão, sendo eles: fundamentação teórica do estudo, procedimentos metodológicos, processo de organização do arquivo e reflexão geral do processo de organização do arquivo.

Assim, na introdução apresentamos a estrutura de todos os capítulos, bem como um breve resumo relativamente ao conteúdo abordado em cada um.

No primeiro capítulo, “Fundamentação teórica do estudo”, o principal objetivo é apresentar aspetos relevantes da teoria arquivística, traçando um rápido percurso, desde a época em que era considerada uma ciência auxiliar da história, passando pelo seu processo de afirmação até ao ponto em que é reconhecida hoje, como uma disciplina que se encontra inserida no âmbito da Ciência da Informação, com os seus

métodos e as suas técnicas próprias e, portanto, diferenciada de disciplinas como a Museologia ou a Biblioteconomia. No entanto, neste mesmo capítulo o nosso foco são os arquivos pessoais. Neste sentido, introduziremos a temática com o recurso a trabalhos de alguns autores que se dedicam ao seu estudo, que tanto podem ser considerados objetos de interesse para investigadores como guardadores de memória individual e/ou coletiva.

No capítulo dois, “Procedimentos metodológicos”, pretendemos referir todos os aspetos metodológicos relevantes para que se compreenda o percurso de organização deste arquivo: desde o recenseamento até à fase da elaboração do quadro de classificação documental.

No capítulo três, designado “A organização do arquivo”, incidiremos com a “Biobibliografia do titular do arquivo”, onde abordamos aspetos da história de vida de Joaquim Falcão Marques Ferrer, titular do arquivo, que foram traçadas, quer com base na sua própria documentação, quer com base nas entrevistas realizadas com o herdeiro, de modo a reconstituir o contexto de produção da sua documentação e assim compreender o seu conteúdo e estrutura.

Ainda no terceiro capítulo, iremos cumprir uma boa parte dos objetivos específicos desta dissertação, que dizem respeito à organização da informação do arquivo, que culmina com uma proposta de classificação de todo o arquivo. O capítulo vai incluir: a) uma caracterização geral de todo o arquivo, onde serão abordados temas relacionados à forma original de organização e de armazenagem dos documentos, quando iniciou-se o processo de intervenção; b) uma abordagem das suas tipologias documentais e arquivísticas; c) uma análise geral do seu estado de conservação, e for fim, d) uma descrição geral das unidades arquivísticas identificadas, sendo estas as que compõem o quadro geral de classificação deste arquivo, que também apresentamos neste mesmo capítulo.

No quarto e último capítulo, em jeito de reflexão e recapitulação do processo, faremos uma análise dos aspetos mais relevantes de todo o trabalho desenvolvido bem como referiremos todos os processos pelos quais o arquivo ainda precisa passar, em

termos de gestão da informação, antes de ser disponibilizado ao acesso. Nesta secção do trabalho pretendemos enumerar e justificar todos os processos que nos parecem pertinentes e indispensáveis para a boa compreensão dos nossos procedimentos, tendo como foco olhar para todo o trabalho levado a cabo bem como para todo o percurso pelo qual o arquivo passou e ainda precisa passar, até estar ao dispor dos utilizadores.

A seguir aos capítulos anteriores, apresentamos uma conclusão que nos dará conta do cumprimento de todos os objetivos traçados no início do processo, bem como as adversidades e as recomendações gerais para as fases posteriores de tratamento do arquivo, de modo a finalizar todo o processo

No que respeita à bibliografia e às fontes documentais utilizadas neste estudo, clarificamos que, para além das entrevistas levadas a cabo, recorreremos ao próprio arquivo para extrair informações biobibliográficas sobre o titular. Existe um considerável número de notas autobiográficas², textos do próprio Joaquim Ferrer que nos permitiram identificar os fatos mais importantes da sua vida. Para além de recorrermos ao arquivo e às entrevistas, recorreremos também a um texto³ do Professor Doutor José D'Encarnação, escrito a propósito da doação do arquivo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Como referências bibliográficas, consideramos alguns autores que se debruçam sobre o estudo desta temática, como por exemplo, Ariane Ducrot, Heloísa Bellotto, Armando Malheiro da Silva, Antonia Heredia Herrera, Theodore Schellenberg, Cristina Freitas, Renato Tarciso Sousa e Graça Simões.

² O titular do arquivo intitula, curiosamente, as diversas notas de carácter autobiográfico encontradas no seu acervo como memorandos. Na verdade e do ponto de vista tipológico os memorandos não se encaixam na aceção dada pelo titular. Em função disto, neste estudo, e doravante, os referidos “memorandos” serão designados notas autobiográficas. Após a organização deste acervo, os mesmos foram incluídos na Secção do arquivo que na classificação por nós atribuída diz respeito às atividades pessoais.

³ Texto disponível no Anexo 1.

1. Fundamentação teórica do estudo

1.1 Arquivística: uma breve abordagem das origens, dos princípios e dos métodos

O surgimento dos arquivos confunde-se com o próprio surgimento da escrita, há aproximadamente seis mil anos atrás, de forma espontânea, no seio das Antigas Civilizações do Médio Oriente. O surgimento espontâneo está diretamente ligado à produção de documentação e à consequente necessidade de a organizar, armazenar e preservar (Silva, Ribeiro, Ramos & Real, 1999).

De acordo com Rousseau e Couture (1998) a Arquivística, enquanto disciplina, vê formulado o seu primeiro princípio de base na França, no ano de 1841. Nesta altura, o governo francês, para organizar os arquivos departamentais e comunais, assolados por uma grande desarticulação tanto ao nível dos métodos utilizados, bem como das classificações adotadas, que tiveram como principal consequência a desordem e a alteração da orgânica original dos arquivos, decretou o princípio do respeito pelos fundos, que se desdobra em dois outros princípios: o da proveniência e o da ordem original. Tais princípios, em linhas gerais, afirmam que os documentos ligados a um mesmo produtor devem permanecer juntos, formando um conjunto completo e inseparável, e devem ser mantidos na sua organização original, ou seja, tal e como realizada pelo seu produtor.

Outro marco igualmente importante, posto que deu o seu contributo para o nascimento da própria disciplina Arquivística, foi a publicação do popularmente designado “Manual Holandês”, em 1898, da autoria de Samuel Müller, Joseph Feith e Robert Fruin. Neste período, e graças a esta obra, considerada a primeira literatura científica de carácter arquivístico, inicia-se uma nova fase para a afirmação desta

disciplina, reivindicando a sua independência do papel que no decorrer de todo o século XX lhe havia sido destinado como disciplina auxiliar da História. Este foi um marco que representou a estruturação de uma disciplina em torno dos seus próprios conceitos, princípios e métodos (Freitas, 2003).

No decorrer do processo de afirmação da Arquivística, que não foi simples e estendeu-se por quase todo o século XX, surgiram, segundo Silva, Ribeiro, Ramos e Real (1999, p. 207), “(...) incompreensões em determinados meios ligados à aplicação das novas técnicas documentais. (...) Assistiu-se a diversas tentativas de aplicação nos arquivos de classificações temáticas de estrutura decimal”. De qualquer modo, este foi um período extremamente relevante, dado que segundo Reis (2006, p. 8).

Com o século XX, os Arquivos, irão recuperar a sua dimensão administrativa, que se irá acentuar nos Anos 30, e se consolidará mais tarde, já nos anos 50, onde a Arquivística irá desenvolver um sistema para facilitar a Administração nos momentos mais difíceis, como por exemplo a Segunda Guerra Mundial.

Um grande marco do processo registou-se nos anos 40 com a criação da metodologia que viria a influenciar a Arquivística dos anos 50 até ao momento atual: a criação do princípio das Três Idades dos Arquivos e, conseqüentemente, da metodologia de gestão documental (Freitas, 2003). Outro marco a destacar na década de 50 foi o surgimento da CIA (Conselho Internacional dos Arquivos) em 1950, evento que abriu o devido espaço para o debate e para a discussão em torno do alargamento dos pressupostos teóricos da disciplina. Após o seu nascimento foi possível verificar uma união e cooperação entre alguns países, com a organização de congressos, a fim de clarificar e produzir literatura específica na área e afirmar os pressupostos teóricos da Arquivística até ao ponto em que na atualidade ela pode ser entendida por autores como Silva, Ribeiro, Ramos e Real (1999, p. 211) como:

(...) ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema semifechado, não através de um dispositivo metodológico fragmentário virado só para a componente funcional/serviço, isto é, transferência e recuperação da informação, mas através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospetivo, capaz de problematizar em torno de leis formais ou princípios gerais, a actividade humana e social implica no processo informacional arquivístico.

A Arquivística enquanto disciplina que se dedica ao estudo dos arquivos pretende em primeiro lugar estudar as instituições e/ou pessoas físicas detentoras destes mesmos arquivos, isto é, os seus titulares ou produtores, com o propósito de recolher informações acerca da sua constituição, contexto, funções, objetivos e atividades desenvolvidas, e assim compreender o propósito da sua produção documental.

Aos arquivos nem sempre é dado o devido valor e importância perante o papel que exercem e por tudo o que representam para o património de cada país. No caso português, por exemplo, para colmatar esta lacuna, no ano de 1993, foi criado o Decreto-Lei nº 16/93 de 23 de Janeiro, que procura definir uma política arquivística nacional, dotando-a com os objetivos que constam da citação que se segue:

o objetivo do regime geral dos arquivos e do património arquivístico é o de disciplinar normativamente a garantia da sua valorização, inventariação e preservação, como bens fundamentais que corporizam a cultura portuguesa. Visa-se, com a sua aprovação, definir os princípios que devem presidir à sua organização, inventariação, classificação e conservação, ou seja, às operações que permitem a guarda, o acesso e o uso desse património, sem as quais permaneceria inútil, bem como a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação, tendo em vista a sua defesa.”

Este decreto-lei mostra-nos a importância que se deve depositar não só nos arquivos, tanto para a preservação da cultura como para o património de um país, mas também na definição das políticas, dos princípios e dos procedimentos arquivísticos que vão tornar essa necessidade numa realidade.

Existem dois importantes objetivos para a Arquivística: a conservação e a difusão da informação. Com a conservação pretende-se arranjar soluções para por fim ao desastre documental e impedir a perda da memória e da identidade de uma pessoa, instituição ou país. Já com a difusão da informação, pretende-se informar/comunicar algo que já existe. Após todo o processo de tratamento de um arquivo, há que informar e pô-lo à disposição dos seus utilizadores.

Os dois objetivos, uma vez cumpridos, irão fazer com que sejam atingidas duas das funções primordiais dos arquivos identificadas por Rousseau e Couture (1998): preservação e disseminação. Neste sentido, Rodríguez (2002, p. 151) chama a atenção para a necessidade de “planificar tanto o arquivo como a documentação da instituição no marco do Sistema de Informação das Empresas pública e privada”.

Para além de definir os seus objetivos, houve também, conforme já dissemos, a necessidade de firmar os pontos/princípios de base que permitissem afirmar e diferenciar a Arquivística, especialmente no que respeita às outras disciplinas semelhantes. Neste âmbito assumem os seus devidos lugares os dois princípios já mencionados e que iremos destacar: o princípio da proveniência ou princípio do respeito pelos fundos e o princípio da ordem original.

Segundo Duchein (1986, p. 14) o princípio da proveniência consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração ou de uma pessoa física ou jurídica. Os principais objetivos deste princípio, segundo o autor, são: garantir a preservação da ordem administrativa na organização dos documentos; manter a integridade administrativa dos arquivos de uma unidade; manter o pleno valor de testemunho dos documentos; favorecer a recuperação da informação.

Pelos seus objetivos, verificamos a razão por que o mesmo se encontra na base da Arquivística moderna e atual. Segundo Schellenberg (1963, p. 102 e 103), numa obra já considerada clássica para a teoria e a prática arquivística, este princípio serve para proteger a integridade dos conjuntos documentais, na medida em que assegura e mantém o seu valor de prova e serve também para tornar conhecidas a natureza e significação dos documentos, e ainda para conferir ao arquivista orientação prática e económica para a organização, a descrição e a consulta de documentos sob a custódia de uma dada instituição ou pessoa.

A NP 4041 (2005, p. 16) apresenta-nos três princípios da arquivística, entre eles também destaca o princípio da proveniência e da ordem original, que define do seguinte modo:

Princípio da proveniência: princípio básico da organização, segundo o qual deve ser respeitada a autonomia de cada arquivo, não misturando os seus documentos com os de outros. Princípio do respeito pela estrutura (...) um arquivo de que se perdeu a ordem original pode, se possível, receber uma organização correspondente à estrutura interna do organismo que o criou. Princípio do respeito pela ordem original: princípio básico segundo o qual os documentos de um mesmo arquivo devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a fim de preservar as relações entre eles e, conseqüentemente, a sua autenticidade, integridade e valor probatório.

Para além dos princípios, o objeto e o método são também considerados aliados indispensáveis a qualquer ciência ou disciplina. Uma vez que a Arquivística tem por objeto os arquivos, os princípios e métodos que dão suporte à constituição, conservação, organização e comunicação dos arquivos devem ser conhecidos e aplicados, para que a mesma não caia no pragmatismo.

Na definição de arquivo que nos é dada pela NP 4041 (2005, p. 5) verifica-se a importância fulcral do princípio da proveniência para constituir aquilo que é a unidade mais geral e mais fundamental em Arquivística, que é o próprio arquivo:

conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício das suas atividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo. [grifo nosso]

Deste modo, os fundos documentais amplos e íntegros, depois de organizados, descritos e disponibilizados ao acesso, passam a ser compreendidos como arquivos que auxiliam na investigação histórica e na ciência. As instituições que os detêm, sejam elas públicas ou privadas, ou ainda os particulares, têm como principal função, receber estes tipos de documentos, tratá-los e conservá-los e fazer a ponte documento - trabalho técnico - utilizador. Esses mesmos documentos, na atualidade, estão albergados em diferentes suportes, do papiro ao papel ou dos analógicos aos suportes digitais.

A este respeito, verifica-se que ao longo dos tempos foram muitos e diversos os suportes da informação. Em tempos, recorria-se a objetos fornecidos pela própria natureza, a fim de garantir o registo e a maior longevidade da informação.

No período do surgimento da escrita, na segunda metade do IV milénio a.C., os arquivos, enquanto guardadores de informação, eram suportados por argila, pedra, bronze, couro, tábuas revestidas com cera. Posteriormente, o papiro foi o suporte dos primeiros livros, assim como o pergaminho (pele de cabrito ou de cordeiro transformados com tratamento químico). De seguida tivemos o aparecimento do papel, com a transformação da madeira em polpa, seguido de inúmeros processos químicos até transformar a matéria-prima em papel.

Por todas as revoluções que passaram as antigas civilizações, destacamos as de carácter tecnológico, que culminaram nas hoje sobejamente conhecidas Tecnologias de Informação e Comunicação (de agora em diante TIC). As TIC permitem a transmissão da informação, através dos *hardwares* e *softwares*, a fim de acelerar a comunicação entre indivíduos, apoiando a pesquisa científica, o ensino e a aprendizagem e numerosas outras áreas. Elas estão diretamente associadas à transmissão de informação através de redes de computadores e dos meios de comunicação. Atualmente temos ao nosso dispor alguns dispositivos de armazenamento e de comunicação da informação, como os DVD, os CD, as *pendrive* e mais recentemente os *Smartphone* e os *Tablet*. Os diferentes tipos de suportes de informação encontram a sua expressão e a sua representação em variados tipos de arquivo.

1.2 Os arquivos privados e pessoais: do conceito à organização

Na literatura arquivística, encontramos documentados e definidos vários tipos de arquivos, entre eles: Arquivo Central, Arquivo Corrente, Arquivo de Empresa,

Arquivo de Família, Arquivo Definitivo, Arquivo Distrital, Arquivo Geral, Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Arquivo Municipal, Arquivo Nacional, Arquivo Privado, Arquivo Público, Arquivo Regional, entre outros.

Para o caso que nos ocupa, a partir deste ponto iremos desenvolver a temática referente aos arquivos privados, dentro do qual iremos destacar os pessoais, dado que é esse o foco deste trabalho.

Existe a preocupação em distinguir os documentos de arquivo de outros documentos pelo seu aspeto físico ou por terem sinais especiais reconhecíveis. Assim, o que os caracteriza realmente, mais do que qualquer outro rasgo ou particularidade, é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou organismo (público ou privado), servindo como prova e como núcleo que contém uma densidade informacional variável (Camargo, 2009, p.28).

Mas, antes de prosseguir com a temática dos arquivos pessoais, é necessário enfatizar a sua definição a fim de distingui-lo de qualquer outro tipo de arquivo. O Dicionário Priberam (2014) apresenta-nos a seguinte definição de privado:

- “1. Que é condicionado ou reservado (ex.: *acesso privado a um edifício*). = Particular ≠ Público.
2. Que diz respeito à intimidade de um indivíduo (ex.: *pensamentos privados*). = Íntimo, Particular ≠ Público.
3. Que não pertence ao Estado (ex.: *empresa privada*). ≠ Público.⁴

Numa classificação mais genérica, nos arquivos privados estão incluídos todos os documentos que não têm caráter de arquivo público⁵, tratando-se regra geral de arquivos que albergam documentos de uma instituição, família ou pessoa física, relacionados de forma orgânica às suas atividades administrativas e às atividades

⁴ **Privado**, disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/privado>.

⁵ **Arquivo Público** – documentos provenientes das atividades de Estado, colectividades locais, estabelecimentos e empresas públicas, organismos de direito privado encarregados de gestão dos serviços públicos ou de uma missão de serviço público; minutas e repositórios de agentes públicos e ministeriais, assim como os fundos e coleção adquiridos a diversos títulos (Faria, 1988, p.26).

público-privadas. Relativamente aos arquivos privados de famílias e pessoas físicas, as informações que contêm estão diretamente ligadas às atividades profissionais e pessoais ou ainda às atividades intelectuais, como por exemplo, obras literárias e artísticas, que posteriormente irão assegurar a preservação da memória individual e, quando tratadas e depositadas ao cuidado das instituições culturais, poderão ser comunicadas aos diversos tipos de utilizadores interessados no seu conhecimento e na sua investigação.

A formação de um arquivo privado concretiza-se quando o organismo produtor passa a agrupar documentos resultantes de um conjunto de atos, em conformidade com o desempenho das suas funções e atividades. Apesar de o arquivo em questão ter a conotação de privado, ele poderá estar à disposição do utilizador se o produtor assim o entender. Mas, numa quantidade apreciável de casos, nota-se que há um certo cuidado por parte do produtor ou quem o represente, que manifesta com uma certa frequência a tendência em deixar transparecer para a divulgação e a consulta apenas os aspetos positivos. Frequentemente encontramos documentos autobiográficos que salientam os fatos mais marcantes e importantes do produtor e não alude a nenhum outro aspeto menos próprio. Isso se explica pelo direito de reserva e de preservação da própria integridade, direito aliás inalienável ao qual os arquivos pessoais não fogem à regra.

Também se verifica com alguma frequência que este tipo de arquivo nem sempre tem o reconhecimento devido. Apesar disso, os arquivos pessoais permitem-nos reconstruir a vida de um indivíduo com base na documentação acumulada ao longo da sua vida. Essa reconstrução deve ser feita em paralelo com entrevistas a familiares e pessoas próximas do titular do arquivo, bem como com notas autobiográficas, currículos e outras fontes de informações relativas ao mesmo. A prática do “arquivar” é algo que surge no dia-a-dia de qualquer cidadão. Desde a necessidade de armazenar documentos que nos servem de prova das nossas atividades diárias, face à sociedade, face ao Estado e face a nós mesmos, à documentação que servirá de memória quando o titular não mais existir. De acordo com a afirmação de Artières, (1998, p. 11):

Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento 'arquivarás tua vida' - e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Esta afirmação descreve a práticas do 'arquivarás tua vida', como algo comum, que faz parte do cotidiano de qualquer pessoa ou cidadão. Todos nós agrupamos documentos em caixas, pastas ou capas, que podem ser faturas de compras, cartas pessoais, documentos civis e/ou administrativos, memórias, notas, imagens, diários, entre outros. Os arquivos pessoais, que regra geral são preservados pelo fato de se associarem a uma determinada classe de pessoas que desempenharam cargos públicos, ou artistas, ou políticos, enfim, gente de expressão na sociedade, são habitualmente encontrados nas bibliotecas, nas universidades e nos museus, que também regra geral lhes atribuem um tratamento muitas vezes aquém das suas potencialidades informacionais, configurando-os simplesmente como coleções, entendidas como:

Unidades arquivísticas constituídas por um conjunto de documentos do mesmo arquivo, organizado para efeitos de referência (ex.: os copiadores de correspondência expedida), para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade (ex.: coleções de formulários), ou de acordo com critérios de arquivagem (coleções de documentos de despesa). Opõem-se a processo. (NP 4041, 2005, p. 5).

Tognoli e Barros (2011, p. 74) apresentam-nos um claro exemplo: os arquivos de escritores; estes, geralmente estão sob custódia de bibliotecas, centros de documentação e universidades, ao invés de se encontrarem em arquivos ou de pelo menos terem sido alvo de um tratamento arquivístico e não bibliográfico. Ainda de acordo Tognoli e Barros, a responsabilidade por esta resistência é muitas vezes devida aos próprios arquivistas. Os arquivos pessoais são muito procurados por investigadores (entre eles historiadores, jornalistas, sociólogos, psicólogos, médicos, psicanalistas, antropólogos e juristas), a fim de desvendar ao máximo a biografia de um indivíduo que marcou o seu tempo, que desempenhou cargos públicos e/ou políticos ou ainda de

artistas, que podem de alguma forma dar o seu contributo à ciência ou à construção da memória coletiva.

Para os investigadores, principalmente os cientistas sociais, é praticamente irresistível o encantamento através do contacto com este tipo de arquivo. Esse encantamento deve-se muito por encontrar nos arquivos pessoais, fontes primárias que podem revelar fatos importantes para a história e para o mundo social (Heymann, 1997, p. 41).

Essa investigação é feita através dos diferentes tipos de documentos que formam a totalidade do arquivo, entre eles encontram-se essencialmente: postais, fotos, cartões, correspondência pessoal/profissional, diários, agendas, dossiês de trabalho, de imprensa, notas de toda a espécie e, na maioria dos casos em questão, a sua produção intelectual, quer seja no âmbito político, social, económico ou cultural.

Contudo, o caminho do investigador e do arquivista nem sempre é linear. Este percurso é afetado por alguns erros decorrentes do processo de custódia dos arquivos. Um dos principais erros desse tipo de processo ocorre quando o proprietário do arquivo, que pode ser o próprio titular ou qualquer outra pessoa responsável pelo conjunto, não entrega a totalidade do arquivo à instituição que o irá custodiar e conservar no ato da doação. Quando se trata de arquivos pessoais, que na ausência do titular inicialmente se colocam à guarda dos familiares ou de qualquer outro responsável pelos mesmos, esses, em vários casos preferem ficar com alguns documentos que pertencem à memória familiar e nesse afã de separação do legado, acabam por desfazer a ordem original dos conjuntos e sacrificar o tratamento que será dado *a posteriori*.

Outro erro frequente é a dispersão de um único arquivo por mais do que uma instituição, aquando da doação, quer por parte de familiares, quer por parte de quaisquer outros responsáveis, incluindo-se as instituições que os recebem, não permitindo assim o seu armazenamento num único espaço físico, o que facilitaria o trabalho de investigação do utilizador, ou o que é ainda mais grave, desrespeitando a integridade do fundo e com isso o próprio princípio de fundo, como vimos

previamente. Estes erros, logicamente, influenciam de forma negativa no trabalho dos investigadores, que precisam estudar o arquivo como um todo, e dos arquivistas, que precisam organizá-los com base nos seus próprios princípios e métodos.

Do ponto de vista teórico, os arquivos pessoais podem ser entendidos como (...) “conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas.”⁶

O arquivo pessoal pode ser deste modo entendido como o conjunto de documentos e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as suas pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil trarão fatos e interpretações novas para as ciências, a arte, a cultura e a sociedade.

Mas, quanto ao conteúdo dos arquivos pessoais, consideremos a afirmação abaixo, que nos permite compreender o porquê de um indivíduo arquivar a sua vida para preservar a memória.

O arquivador [i. é., o produtor] constitui a sua coleção de documentos segundo critérios que lhe são preciosos – precaução, vingança, pragmatismo político ou administrativo (economia, eficiência, etc.), orgulho, fantasia e até mesmo, senso histórico. De qualquer forma, o arquivador constitui sua coleção como parte de si segundo um movimento que é, em primeiro lugar, um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória (Vianna, Lissovsky, & Sá, 1986, p. 67).

Pelo seu arquivo, o produtor tem ao seu alcance a oportunidade de construir o seu verdadeiro “eu”, de arquivar a sua vida e, neste sentido, construir o seu percurso,

⁶ Definição que se encontra no sítio Web da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>.

que posteriormente servirá a todos quantos quiserem consultá-lo, na hipótese de que o mesmo tenha sido institucionalizado. Ainda, considerando Artières (1998, p. 11):

Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.

Deste modo, um arquivo pessoal é uma representação do titular sobre a sua pessoa, tendo a possibilidade de armazenar apenas o que deseja, podendo assim construir o seu eu de acordo com as suas intenções e fazer-se representar, por meio da sua documentação, do modo que lhe interessa. Claro está que estas situações têm consequências. Por exemplo, há circunstâncias em que a omissão de certos documentos pode causar inconsistências e tornar mais difícil o processo de organização da informação, ou o processo de construção e interpretação desta memória, à luz dos seus próprios fragmentos.

No que respeita à organização dos arquivos pessoais, para além dos parâmetros teóricos mencionados, as práticas habituais vão de acordo com as especificidades encontradas em cada arquivo a organizar e seguem os marcos fornecidos pela biografia do produtor e titular do arquivo, rastreando as suas atividades e funções e buscando os seus reflexos na documentação remanescente. Diante desta biografia construída, o arquivista pode tomar as suas próprias decisões. Também a perspectiva histórica poderá ser muito útil para auxiliar o arquivista a situar o arquivo no contexto de uma época, verificando os seus reflexos na documentação que tem em mãos. A compreensão da memória como algo mais do que um mero campo de interesse para as Ciências Sociais também ajuda o arquivista neste exercício de construção e reconstrução de um arquivo pessoal. Alguns autores fazem a distinção entre a memória individual e a coletiva, destacando as implicações que uma exerce sobre a outra.

O termo memória coletiva pode induzir-nos a pensar que se trata de um elevado número de pessoas integrados num grupo com memórias partilhadas, mas antes pelo contrário. Regra geral são pequenos grupos, de pessoas próximas, com lembranças,

memórias e que são recordados cronologicamente e espacialmente de momentos ou fatos marcantes nas suas vidas.

Dessa junção da memória individual e coletiva, resulta um produto, um acervo de memórias/lembranças pertencentes a determinado indivíduo, que por sua vez pertenceu a um grupo social, político ou artístico.

Os arquivos pessoais carregam consigo uma herança, que advém da memória individual e coletiva, que posteriormente poderá tornar-se pública e sujeita à consulta, dependendo da dimensão social do seu produtor. Tognoli e Barros (2011, p.77) dizem-nos que a partir do momento em que a memória do produtor é tomada como exemplo, ela é entendida como fundadora de uma estética artística ou de um projeto político, saindo do campo da memória individual, entrando no campo da memória coletiva e que é justamente esta memória coletiva que é materializada no arquivo. Ainda, no âmbito das justificações que levam à constituição dos arquivos pessoais, Artières (1998, p. 11) apresenta três perspectivas ou formas diferentes que pretendem justificar o porquê dessa atitude, sendo elas: a injunção social; a prática de arquivamento; e a intenção autobiográfica. O primeiro aspeto apresentado está diretamente ligado aos direitos e obrigações civis, na prática isso poderá corresponder, por exemplo, em conservar contratos assinados e todos os documentos que comprovam um acontecimento pessoal. A prática de arquivamento explica que muitas vezes arquivamos as nossas vidas em função de um futuro utilizador, que pode ser o próprio titular, algum familiar ou amigos. Esta prática permite ao titular a escrita do “livro” da sua vida e assim conseguir resistir ao tempo. Na intenção autobiográfica, o autor dá-nos o exemplo de um *curriculum vitae*, que considera ser um inventário das nossas vidas. Deste modo:

(...) A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço e telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques. Um curriculum é uma autobiografia resumida, um sumário: só traz o essencial. (Artières, 1998, p. 11).

Portanto, um arquivo pessoal exige a aplicação de procedimentos teórico-práticos específicos, que ajudarão a compreender o contexto da sua produção e do seu produtor. A recolha de dados, através de instrumentos adequados ao arquivo em estudo e de seguida, e provavelmente o mais importante, a estruturação destes dados recolhidos num esquema lógico e dependente da organicidade da informação, tendo em conta as diferentes fases da vida do produtor e as suas repercussões no arquivo, parecem ser os aspetos mais importantes a considerar no campo dos procedimentos para a sua organização.

Partindo do geral para o particular e neste caso em concreto o geral será o arquivo na sua totalidade e o particular serão as diversas secções, séries e subséries, i.e., as unidades arquivísticas que o compõem, o documento de arquivo deve ser entendido dentro de um contexto de produção gerador de vinculações e não de forma isolada. Este processo de raciocínio dará indicações precisas sobre que documentos pertencem a uma mesma série e ainda são produzidos no exercício de uma mesma atividade ou função, devendo neste caso ser mantidos juntos nestes subconjuntos específicos que os agrupam pelas semelhanças e os separam pelas diferenças (Simões, & Freitas, 2013).

De acordo com Lopez (2003, p. 80), o verdadeiro desafio que nos impõem os arquivos pessoais consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos e acumulados, i.e., a organicidade, o elo que vincula uns documentos em relação aos outros e estes em relação ao todo (Simões, & Freitas, 2013). Tal desafio consiste em saber enquadrar a informação primária veiculada, como por exemplo, os recortes de jornais vinculados à função de subsidiar a criação literária que por sua vez se encontra vinculada a outras atividades e assim sucessivamente. Encontrar esse elo não é fácil.

Esta complexa tarefa caberá ao arquivista⁷, que para além de reconstruir a vida do produtor, deverá organizar e descrever o arquivo, e criar ferramentas de recuperação

⁷ “Os **arquivistas** são os profissionais que adquirem, avaliam, organizam e conservam a informação relacionada, basicamente, com a gestão da actividade de instituições ou pessoas – de natureza pública

e de acesso à informação. A Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) estabelece ainda alguns critérios indissociáveis ao bom exercício de funções, por parte desses profissionais:

No âmbito das suas tarefas estabelecem e aplicam critérios de gestão de documentos; avaliam e organizam a documentação com interesse administrativo, probatório e cultural, de acordo com sistemas de classificação definidos pela entidade produtora da documentação ou que reflectem o seu sistema de organização e/ou os das redes organizacionais onde se encontrem envolvidas; mantêm os documentos, respeitando o esquema de organização original do arquivo; intervêm na análise de processos organizacionais adequando-os à respectiva produção documental, definem e optimizam circuitos documentais e processos de controlo dos documentos na organização, elaboram tabelas de selecção estipulando os prazos de conservação e destino final dos documentos; referenciam os documentos de modo a poderem ser facilmente localizados por qualquer utilizador do arquivo; (...) APBAD (2014, s. p.)

A mesma associação diz-nos que o trabalho deste profissional estará condicionado ao tipo de arquivo com que lida, podendo tratar-se de um arquivo público, privado, administrativo, pessoal, corrente ou definitivo. No caso concreto dos arquivos definitivos a APBAD estabelece as seguintes diretrizes:

Se trabalha no sector de arquivo definitivo, o seu trabalho implica que estude as instituições que deram origem à informação acumulada e que procure reconstituir os trâmites e os critérios da produção documental. Procede à classificação, ordenação e descrição de documentos, inserindo-os no contexto de produção tendo sempre em atenção os indivíduos que irão utilizar essa informação (por exemplo, cidadãos em geral, investigadores das mais variadas áreas de conhecimentos: médicos, historiadores, economistas, etc. APBAD –Perfil do Profissional de Documentação e Informação. (2014, s. p.)

Cada vez mais, exige-se muito mais de um arquivista, que já não é solicitado apenas na intervenção nos arquivos permanentes, a sua intervenção é solicitada em todo o ciclo de vida do documento. Estes novos desafios para estes profissionais têm o objetivo de criar novos modelos profissionais, que permitam ao arquivista olhar para

ou privada – independentemente do suporte em que estiver registado” (APBAD, 2014). Disponível em: http://www.apbad.pt/Profissao_Areas.htm.

o objeto de forma crítica, e assim ser capaz de prestar um eficiente serviço de informação a uma sociedade em constante evolução (Rodrigues, 2008, p.29).

No tratamento de arquivos pessoais, e mais concretamente em arquivos de escritores, há tarefas mais específicas exigidas ao arquivista, no sentido da salvaguarda da produção intelectual do escritor. As criações intelectuais do domínio literário, científico e artístico, por qualquer modo exteriorizadas, independentemente da sua divulgação, publicação, utilização ou exploração, devem ser protegidos a fim de garantir a preservação da produção intelectual (Rosa, 2009, p. 1).

Para além das tarefas atribuídas ao arquivista, mencionadas anteriormente, no caso dos arquivos pessoais institucionalizados e com informação já em carácter definitivo, conforme já dissemos, o estudo da vida do produtor, a análise da organização original e a efetivação de uma proposta de organização e descrição, chegando-se à divulgação e ao acesso à informação, também farão parte deste leque de funções a cumprir pelo arquivista no seu contacto com este tipo de documentos.

Uma das primeiras tarefas de um arquivista, ao organizar qualquer arquivo, é identificar as tipologias documentais existentes para posteriormente aproximá-las do seu contexto de produção, de acordo com a função desempenhada pelo produtor do arquivo.

Para compreender o contexto de produção de um documento de arquivo é preciso conhecer a história do organismo produtor ou o percurso de vida do titular do arquivo, mas principalmente saber identificar e enquadrar as diversas funções e atividades, de forma a criar uma estrutura orgânico-funcional ou mesmo funcional, que esteja de acordo esta mesma história ou percurso. No caso de arquivos pessoais, os dados a serem recolhidos para desvelar-se a história ou o percurso do seu produtor podem estar no próprio arquivo, em documentos como, por exemplo, memorandos, currículos, notas biográficas, entre outros. A seguir a esta etapa pode-se iniciar um processo de classificação e ordenação do arquivo.

A classificação pode ser entendida como a junção de documentação pertencente à mesma classe/secção/departamento (no caso das empresas), bem como a sua separação de outra documentação pertencente a outra classe. A ordenação implica a sua disposição, de forma ordenada, seguindo um critério que pode ser cronológico alfabético ou misto, com o principal objetivo de localização rápida e recuperação da informação contida nos documentos, para além de vinculá-lo ao seu contexto de produção (Freitas, & Simões, 2013).

Outro processo que juntamente com a classificação faz parte da organização de um arquivo é a ordenação. A partir do momento em que se estabelecem as classes/secções inicia-se também o processo de ordenação. A ordenação deve ser levada a cabo em todos os níveis hierárquicos, sendo aplicada a casa secção, a cada subsecção e posteriormente às séries e dentro de cada série aos seus múltiplos documentos. Os critérios de ordenação mais importantes são o alfabético, numérico, cronológico, geográfico, ideológico (Heredia Herrera, 1991, p. 255).

Todo este processo é considerado intelectual, uma vez que implica uma divisão sistemática do arquivo, em função da inclusão dos documentos nos grupos ou divisões a que pertencem (i.e., secções, classes, séries, etc.) e da sua posterior ordenação, i.e., da disposição dentro de cada grupo, uns em relação aos outros. Esta ordenação pode ser de carácter numérico, alfabético, alfanumérico ou misto (Simões, & Freitas, 2013; Sousa, 2006, p. 129). Mas, há também os procedimentos de carácter físico, que têm como objetivo a disposição material desses grupos em unidades de instalação, com vista ao seu arquivamento definitivo.

Os arquivos, enquanto sistemas de informação materializados em qualquer tipo de suporte (Silva, Ribeiro, Ramos & Real, 1999) configuram uma estrutura orgânico-funcional. Essa estrutura pode ser espelhada, por exemplo, num organograma que pode incluir a estrutura hierárquica de uma organização no âmbito da produção do instrumento de classificação. A identificação das tipologias documentais deve considerar o documento de arquivo de acordo com a sua constituição, o seu suporte, conteúdo e estrutura. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia

Arquivística (2005, p.104), o termo identificação é definido como “processo de reconhecimento, sistematização e registo da informação sobre arquivos, com vista ao controle físico e/ou intelectual”. Esta identificação normalmente é realizada com o auxílio de uma folha de recolha de dados, que inclui campos específicos como o tipo de documento, o conteúdo, a data, o produtor, a quantidade, o tipo de unidade de instalação, entre outros.

A análise das tipologias documentais e/ou prováveis séries, oferece o suporte necessário para iniciar o processo de compreensão do conteúdo do arquivo, comparando-o com as funções desempenhadas pelo seu produtor. O processo de organização da informação arquivística apenas se completa quando estiverem apuradas todas as informações relativamente ao organismo produtor, que servirão como prova para determinada competência, função ou atividade, e estas tiverem sido devidamente cruzadas com as tipologias documentais existentes, representando-as num quadro de classificação. Portanto, a classificação permite-nos, entre outras coisas, organizar o arquivo de acordo com as tipologias documentais, formando séries⁸, subséries⁹, secções¹⁰ e subsecções do arquivo. A partir desta organização, será possível agrupá-los respeitando as séries documentais e seguir esta mesma ordem no arquivamento e na atribuição de códigos para facilitar a recuperação da informação.

A classificação engloba um longo processo que não se restringe apenas em agrupar as tipologias documentais. Este processo deve ter início desde que uma instituição prepara-se para receber um arquivo. Segundo Ducrot (1998, p. 152), a preparação da classificação deve incluir três operações: a definição de uma política, a preparação do recebimento dos fundos pela visita aos proprietários e a garantia de um tratamento jurídico e material rigoroso após a sua entrada na instituição arquivística.

⁸ **Série** – unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originalmente, foi dada uma ordem sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. (...) (NP 4041, 2005, p. 7).

⁹ **Subsérie** – primeira subdivisão de uma série, determinada pela sua ordem original ou por exigências de preservação. (NP 4041, 2005, p. 7).

¹⁰ **Secção ou subfundo** – unidade arquivística constituída pela primeira subdivisão de um arquivo, determinada pela sua ordem original ou, na sua ausência, por critérios orgânico-funcionais. (NP 4041, 2005, p. 7).

Conforme diz a autora (Ducrot, 1998), a preparação de uma política pode ser entendida no âmbito nacional ou regional, seguindo as políticas definidas por cada instituição ou, no caso do âmbito nacional, em Portugal, o responsável pela coordenação da matéria é a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)¹¹. Na etapa da preparação para receber o arquivo, deve-se contar com a total cooperação do proprietário, uma vez que serão necessárias entrevistas para conhecer a documentação e determinar o seu valor histórico-económico. Os aspetos legais, confirma Ducrot (1998), referem-se aos moldes pelos quais o arquivo será recebido (por exemplo, doação ou compra), devendo ser acordados entre o proprietário e a instituição recetora. O acordo deverá ser certificado de modo a evitar constrangimentos entre as duas partes.

Quanto à forma de transmissão, os documentos de arquivo podem ser diferenciados como originais ou cópias, públicos ou privados, administrativos ou privados, simples ou compostos, textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, entre outros. Esta diferenciação pode ser usada como critério na classificação, ou na descrição dos mesmos (Heredia Herrera, 2007, p. 102-104).

Em resumo, no processo de classificação, independentemente dos tipos de documentos, os principais objetivos que se propõem a ser atingidos são: ser um recurso metodológico de organização, física e intelectual, da informação e do conhecimento, de modo a promover a sua eficaz e eficiente recuperação (Simões, e Freitas, 2013, p. 86).

Este longo processo tem o seu início quando o arquivo já passou pela fase de recenseamento, para se ter a perceção de que tipos de documentos estamos a tratar, para a partir deste momento agrupá-los de acordo com o seu conteúdo/contexto. Quando se trata de um arquivo recebido sem uma organização original perceptível, exigir-se-á mais tempo a consumir esforço intelectual a realizar por parte do

¹¹ **Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)** “tem por missão assegurar a coordenação do sistema nacional de arquivos e a execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura.” (DGLAB, 2014). Disponível em: <http://dglab.gov.pt/dglab-2/organica/>.

profissional que tem sob sua responsabilidade o tratamento do arquivo. Para cumprir o seu principal objetivo, que é a recuperação da informação, a classificação estabelece a relação entre os documentos, de forma a construir um esquema onde se visualizam as grandes entidades que se subdividem até atingir-se o objeto físico, neste caso as unidades documentais: os documentos simples ou compostos. Diz-nos a teoria da classificação que, cada unidade documental só pode estar integrada numa única classe; contudo, na prática existem casos em que apenas uma unidade pode ser integrada em mais do que uma classe. Cabe ao profissional, neste caso, decidir qual a entidade a que o documento mais se adequa. No caso dos arquivos, é o contexto em que está o documento que nos vai apoiar esta decisão (Simões, & Freitas, 2013).

No caso das empresas, a tarefa de classificação torna-se menos complexa, uma vez que os documentos normalmente aparecem vinculados a um contexto de produção relativamente fácil de identificar, facilitando o processo. Nos arquivos pessoais a tarefa torna-se especialmente complexa na medida em que há a necessidade de estudar ao pormenor toda a vida, tanto profissional e pessoal, do produtor, para identificar todas as atividades levadas a cabo por ele e a partir daí formar as grandes classes e agrupar os documentos de acordo com esse mesmo contexto. Quanto à representação visual da classificação, Heredia Herrera (1991) mostra-nos, na imagem que se segue (Ilustração 1), um exemplo de um quadro de classificação com as subdivisões hipotéticas. Este esquema visual mostra-nos, de uma forma útil, desde os níveis mais abrangentes de um arquivo, i.e., as secções e subsecções, até aos níveis mais específicos, neste caso as séries.

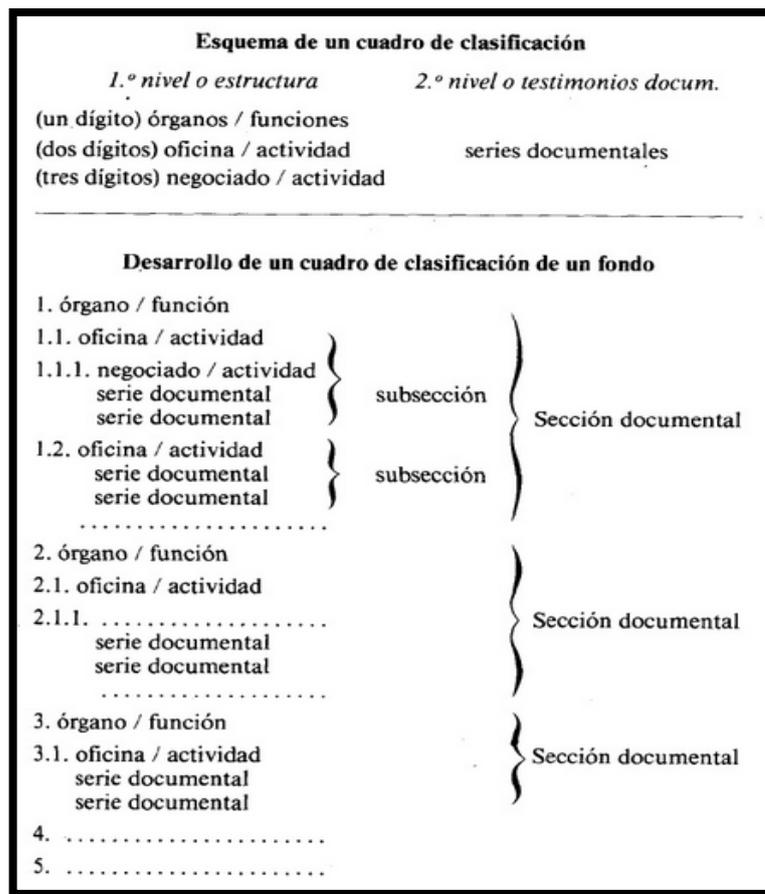


Ilustração 1: Esquema de Classificação proposto por Heredia Herrera (1991. p. 271).

Pelo exposto, infere-se que a organização de um arquivo é o resultado final de um longo e planificado processo que implica separar ou agrupar os documentos de acordo com o seu contexto ou classe, únicas e distintas, para posteriormente adotar uma ordenação cronológica e/ou alfabética.

Ao longo deste capítulo foram identificados e explorados alguns fatos históricos que marcaram a início da Arquivística como disciplina, bem como o longo processo que passou até a sua afirmação. No capítulo seguinte iremos apresentar todo o processo de tratamento do arquivo que é nosso objeto, desde o recenseamento até a finalização da classificação.

2. Procedimentos metodológicos adotados no estudo

No capítulo anterior foram referidas as bases teóricas da disciplina Arquivística, que sustentarão as nossas intervenções neste capítulo e nos próximos. Deste modo, no presente capítulo iremos descrever e explicar todas as etapas metodológicas percorridas no processo de organização do Arquivo Pessoal Joaquim Falcão Marques Ferrer, desde a sua identificação até a classificação e a ordenação.

Conforme afirmamos na introdução, o principal objetivo desta dissertação é efetuar o tratamento de raiz do APJFMF, atualmente à guarda dos Serviços de Biblioteca e Documentação (SBD) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este arquivo configura um particular desafio, porque o seu produtor revelou ser, ao longo do estudo, um indivíduo multifacetado, i.e., alguém que desenhou o seu percurso de vida pessoal e profissional entre diversos mundos, conforme mostraremos no capítulo dedicado à organização do seu arquivo. Joaquim Ferrer dedicou-se a diversas atividades, entre elas, a de escritor, pintor, ator, funcionário público de gabinete cultural e consular. O produtor deixa, em consequência desta série de atividades desempenhadas e da residência fixada em vários países, um vasto conjunto documental, onde o desafio maior interposto foi o de encontrar o seu real contexto de enquadramento, por vezes perdido ou oculto.

A estratégia de abordagem adotada por esta investigação é a do estudo de um caso único e exemplar de uma situação ou condição: o núcleo documental do escritor Joaquim Falcão Marques Ferrer, que do ponto de vista tipológico configura um arquivo pessoal, cuja proveniência é identificada com um único titular, que dá o nome ao próprio arquivo. Trata-se de um estudo de caso. Esta estratégia de investigação

(...) tem origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, com a análise de modo detalhado de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada. Com este procedimento se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenómeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Além das áreas médica e psicológica, tornou-se uma das principais

modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. (Ventura, 2007, p. 383).

O nosso objetivo geral é proceder à organização do Arquivo pessoal de JFMF, com vista à sua futura disponibilização para o público, e efetuar algumas reflexões a respeito do processo.

Para melhor cumprir o objetivo geral acima referido é necessário também definir os objetivos específicos, alertando, em primeiro lugar, para o facto de que o tratamento deste arquivo não ficará completamente concluído ao finalizarmos esta dissertação em função de duas condicionantes principais: a relativa complexidade, variedade e abundância da documentação; e o tempo daí decorrente para propor e executar os procedimentos.

Assim como objetivos específicos para a primeira fase de tratamento do APJFMF, consideramos os seguintes:

- a) reconstituir o percurso de vida do titular do arquivo, efetuando-se a sua biobibliografia e respetiva cronologia, de forma a encontrar coerência entre as atividades e funções por ele desenvolvidas e os seus reflexos diretos na documentação remanescente no seu arquivo;
- b) recensear a documentação, de forma a recolher informações preliminares do seu contexto, conteúdo e estrutura e identificar as tipologias documentais predominantes;
- c) elaborar uma proposta para a organização da informação do Arquivo, tendo em linha de conta as duas facetas em que se divide o referido processo: a sua classificação e a sua ordenação;
- d) refletir sobre todo o processo.

2.1 Primeira etapa: realização da pesquisa biobibliográfica, recenseamento e identificação da documentação do Arquivo

Nesta etapa iniciamos com uma pesquisa biobibliográfica que consistiu em levar a cabo uma investigação que nos facultasse toda e qualquer informação relativamente ao produtor do arquivo¹². Por se tratar de um indivíduo que se dividia entre as atividades profissionais, intelectuais e artísticas, para além das pessoais, houve a necessidade de recorrer ao próprio arquivo para o conhecer melhor. Nele encontramos diversas notas autobiográficas, redigidos pelo próprio, onde dava-nos conta da sua vertente profissional e de escritor já com algumas das suas obras publicadas e muitas outras inéditas, à espera de publicação.

Esta pesquisa foi complementada com algumas entrevistas realizadas com o herdeiro do arquivo, Doutor Diogo Falcão Ferrer e com a Doutora Maria do Carmo Dias, funcionária dos SBD da FLUC. As quatro entrevistas realizadas, em dois momentos distintos, duas no início e duas no final do processo, foram de extrema importância pelas seguintes razões: a) o herdeiro e doador do arquivo, o Doutor Diogo Falcão Ferrer, demonstrou ser a pessoa que mais nos podia facultar informações acerca da vida e da obra do produtor do arquivo; b) a Doutora Maria do Carmo Dias, por sua vez, porque tinha sob a sua responsabilidade o tratamento deste arquivo e pôde dar-nos a devida contextualização do seu processo de doação e transferência para as dependências dos SBD na FLUC, esclarecendo as possíveis pretensões em relação ao seu futuro do ponto de vista institucional. Tanto as entrevistas como a duração e a quantidade das mesmas encontram-se discriminadas no quadro a seguir (quadro 1).

¹² A primeira fonte de informação para o contacto com esta documentação foi-nos dada por um texto da autoria do Professor Doutor José D'Encarnação, que faz referência ao percurso de vida de Joaquim Ferrer, bem como à sessão solene de doação do arquivo à FLUC. O texto pode ser consultado no Anexo deste estudo.

Quadro 1. Entrevistas realizadas no âmbito da organização do AJFMMF

Entrevistados	Duração das entrevistas	Quantidade de entrevistas
Doutor Diogo Ferrer	4 horas	2
Doutora Maria do Carmo Dias	2 horas	2

A entrevista pode ser definida como um processo de interação entre duas ou mais pessoas, em que o principal objetivo é a obtenção de informação do entrevistado, cujo interesse satisfaz as necessidades do entrevistador.

Para a realização da entrevista com o herdeiro e doador do arquivo, foi elaborado um guião com um grupo de questões mínimas e gerais (apêndice 1) que tinham como fim esclarecer algumas dúvidas surgidas no processo de recenseamento em curso e também no âmbito do estudo da biobibliografia do produtor. Este tipo de entrevistas semi-dirigidas, onde os tópicos vão sendo lançados em forma de conversação, conta com algumas vantagens como fornecer informações mais detalhadas e ricas do que aquelas obtidas com as perguntas fechadas ou mesmo com as respostas diretas.

Com o recenseamento ficou patente que o Arquivo pessoal de Joaquim Ferrer é constituído por diferentes séries documentais, séries essas que vão ao encontro das diferentes atividades e/ou funções pessoais e profissionais desempenhadas pelo produtor. Para efetuar o registo de todas as informações relevantes elaborou-se uma Folha de Recolha de Dados (FRD) (apêndice 3) do modo mais completo possível, que permitisse recensear e extrair toda e qualquer informação passível de identificar em todas as unidades documentais existentes no arquivo.

O arquivo é constituído por um grande volume de documentos, diretamente relacionados com a produção literária do titular, na sua maioria textos inéditos, para além de documentos pessoais armazenados em caixas e capas que foram consideradas as unidades de instalação no âmbito do preenchimento das FRD.

As FRD elaboradas para o efeito são constituídas por 16 campos principais de preenchimento, sendo cada um dos mesmos destinado a recolher um tipo de informação necessária para caracterizar as unidades físicas que compõem o arquivo (ilustração 2).

MODELO DE FICHA DE RECOLHA DE DADOS PARA O RECENSEAMENTO DE UNIDADES FÍSICAS (0)	
(1) Identificação do arquivo:	(2) Nº FRD:
(3) Área orgânico-funcional/assunto:	(4) Código de classificação:
(5) Tipo de unidade de instalação:	
(6) Título da unidade de instalação:	
(7) Título do documento:	(8) () Atribuído
(9) Tipo documental:	(10) Código de referência:
(11) Data (s) de produção ou extremas:	(12) () Atribuída(as)
(13) Descrição do conteúdo:	
(14) Descrição da estrutura:	
(15) Observações:	

Ilustração 2: Folha de recolha de dados utilizada para o recenseamento do APIJMF.

O recenseamento da documentação existente no arquivo teve início no segundo semestre do mês de Outubro, tendo havido, nesta altura, a preocupação de preencher as FRD, registando-se os dados da forma mais completa possível¹³, uma vez que esta seria a principal fonte de dados para a realização da etapa seguinte.

¹³ Por exemplo, em capas com mais de 100 poemas incluídos, houve a preocupação de registar todos os títulos. Relativamente aos poemas sem título (verificou-se a existência de um número significativo de poemas sem título), foi inicialmente proposta uma breve leitura do conteúdo para atribuição de um título. Contudo, no decorrer do recenseamento, percebeu-se que esta não seria uma opção viável, uma vez que se tratava de uma grande quantidade de documentos vinculados à produção literária, os quais

Com o recenseamento recolhemos informação suficiente para identificar as espécies e os tipos documentais¹⁴ presentes no arquivo, bem como toda a informação relativamente ao conteúdo principal e às datas tópicas e às quantidades de documentos existentes. A metodologia posta em vigor a partir daí foi a de apenas contabilizar os documentos de acordo com a tipologia documental. O recenseamento foi concluído no dia 16/12/2013.

2.2 Segunda etapa: o processo de organização do arquivo e de reflexão do processo

Com a conclusão do recenseamento, passou-se para uma nova etapa, correspondente à organização do arquivo, compreendendo-se esta pela classificação e pela ordenação dos documentos. A tarefa teve início no dia 07/02/2014¹⁵.

A primeira tarefa consistiu em verificar qual era a organização original dos documentos, descobrindo-se que a maior parte da documentação não tinha uma ordem lógica, salvo uma exceção, os contos. Estes contavam com uma classificação atribuída pelo titular do arquivo.

Deste modo, procedeu-se à formação de conjuntos maiores, guiando-se pelas espécies e pelas tipologias documentais, tentando inseri-los no próprio contexto, coerente com a biobibliografia do produtor. Neste esforço foram realizados vários intentos, que por fim resultaram ser válidos. Posteriormente a este exercício de

não possuíam títulos, implicando um grande consumo de tempo da investigação, podendo vir a comprometer o cronograma.

¹⁴ **Tipologia documental** – categoria em que se insere um documento de arquivo de acordo com a sua forma e as funções a que se destina. Aplica-se a documentos simples e compostos, tal como a documentos primeiros, segundos ou terceiros. Por exemplo: acta, índice onomástico, processo de aquisição de serviços por ajuste directo, recenseamento populacional. Algumas tipologias são específicas de determinados autores e/ou épocas. (NP 4041, 2005, p. 20).

¹⁵ No decorrer do mês de janeiro realizou-se a revisão bibliográfica que deu origem ao capítulo de fundamentação teórica desta dissertação.

reconhecimento das possíveis séries documentais foram sendo sugeridos e fixados os níveis mais altos da classificação (secção e subsecção). Este procedimento de partir do particular para o geral, e não o contrário, resultou ser o mais eficaz, dado o estado de desorganização em que se encontrava uma fração considerável da documentação. As séries e as subséries foram sendo reconhecidas com base nos conceitos atribuídos pela NP 4041 (2005, p. 7) e pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 153). A tarefa foi concluída em aproximadamente 5 meses, com início no dia 13/01/14 a 24/05/14.

Na grande maioria dos documentos foi relativamente fácil identificar as tipologias documentais; já no que respeita à minoria restante, nem sempre esta tarefa foi linear, uma vez que havia documentos misturados e sem qualquer tipo de identificação. Por isso, foi necessário dedicar muito tempo à leitura e à interpretação dos documentos. Em muitos casos a caligrafia do produtor, de difícil leitura, também atrasou o processo. A seguir à classificação, procedíamos à organização dos documentos de uma mesma classe, uns em relação aos outros, adotando para o fim os critérios alfabético e cronológico, sozinhos ou em combinação, consoante o caso.

O quadro de classificação resultante, e que será apresentado no capítulo destinado aos resultados deste processo, irá espelhar as atividades pessoais e profissionais desenvolvidas por Joaquim Ferrer, ao longo da sua vida, que se encontram devidamente documentadas no seu arquivo. Por definição, este quadro é um “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 141).

Como é bom de ver, não podemos assegurar que o quadro de classificação por nós elaborado reflete todas as atividades desenvolvidas por Joaquim Ferrer ao longo da sua vida, mas sim que uma parte desta se espelha na classificação dos documentos que encontramos no seu arquivo. Todo o processo de organização do arquivo teve a duração de aproximadamente quatro meses, com início 07/02/14 e conclusão a 30/05/2014.

Após a exposição e identificação de todos os procedimentos metodológicos para a organização do arquivo, apresentamos um cronograma geral das etapas e das tarefas envolvidas, com a indicação do tempo de execução e dos principais objetivos a alcançar em cada uma delas (quadro 2).

Quadro 2. Cronograma com as etapas e as respectivas tarefas realizadas

Procedimentos	Objetivos	Cronograma					
		10/2013	11/2013	12/2013	02-03/2014	04-05/2014	06/2014
Pesquisa Biobibliográfica	Recolha de todos os dados do percurso de vida do titular do arquivo						
Identificação e recenseamento da Documentação	Reconhecimento de todas as unidades documentais						
	Registo de todas as unidades documentais e físicas, bem como de todas as informações extraídas para os identificar						
Realização de entrevistas Semi-dirigidas	Esclarecimento de dúvidas que surgiram durante a identificação e recenseamento, bem como para a recolha de mais dados do percurso de vida do titular do arquivo						
Organização do Arquivo	Pré classificação, onde foram criados conjuntos de documentos com o mesmo contexto e a criação de possíveis classes/secções						
	Criar as classes/secções do arquivo e a representação das unidades documentais						

Com a apresentação dos processos levados a cabo para a realização deste trabalho, no capítulo seguinte será apresentado o caso de estudo completo, bem como os resultados obtidos na finalização de todos os processos acima referidos.

3. A organização do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer

3.1 Biobibliografia do produtor do Arquivo¹⁶

Joaquim Falcão Marques Ferrer nasceu no dia 29 de Junho de 1914 em Miranda do Corvo, Coimbra, onde também se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas (pelas Universidades de Coimbra e de Lisboa). Joaquim Ferrer era um indivíduo com muitas e interessantes facetas, que desenvolveu várias atividades em diferentes áreas ao longo da sua vida. Foi escritor de romances, poesias, contos, solilóquios, dentre outros géneros, crítico literário (no estrangeiro), professor, tradutor do português para o francês e do francês para o português, além de fundador e diretor de uma revista cultural editada no Brasil, a “Atlante”, e gestor de empresas no Brasil, onde também exerceu atividades como colaborador em jornais, além de ter sido, ainda, comentador de assuntos literários em França e de ter trabalhado como funcionário consular em Paris.

Para além de todas essas atividades exercidas, também existia em Joaquim Ferrer uma vertente artística, fornecendo o seu próprio arquivo pessoal evidências do exercício da atividade de ator amador no Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), tendo ajudado a fundar o Circuito Teatral do Porto. Joaquim Ferrer também foi pintor e uma de suas exposições de “arte abstracta”, realizada em Coimbra,

¹⁶ A fonte principal de retirada obtenção dos dados que constam deste apartado foi a documentação do próprio arquivo de Joaquim Ferrer, para além, naturalmente, das informações obtidas nas entrevistas efetuadas com o herdeiro e doador do mesmo. Existe, no arquivo, entre originais e cópias, um número significativo de memorandos e de notas biográficas do titular. No total existem 39 documentos deste género e pese embora termos identificados diversas redundâncias na informação, encontramos em cada um deles algo de novo a esclarecer ou a acrescentar.

As informações que constam dos memorandos foram confrontadas com os dados das entrevistas realizadas com o seu herdeiro, para que os dados pudessem ser validados.

Um dos memorandos e também uma das notas biobibliográficas podem ser consultados nos anexos 2 e 3 respetivamente.

sofreu duras críticas na altura, conforme demonstram alguns dos registos remanescentes do livro de memórias do evento, fruto muito possivelmente de uma incompreensão do seu carácter vanguardista em nada condizente com o Portugal daquela época. Estávamos no início dos anos 50. Também lecionou, segundo constam das suas memórias, as disciplinas de História e Filosofia.

A vida deste homem à frente do seu tempo dividiu-se essencialmente entre Portugal, Brasil e França, tendo também realizado uma estadia na Suíça por motivos de saúde; locais onde desenvolveu várias das suas atividades profissionais e pessoais, entre as quais se destacam as de carácter intelectual e cultural.

Na sua vertente de escritor publicou especialmente romances e obras de poesia. O primeiro romance, intitulado *Rampagodos*, foi publicado em 1941 em Lisboa. O segundo, *Ilha Doida*, foi publicado também em Lisboa no ano de 1945. Após a publicação destes dois romances, publicou, já na fase em que residia no Brasil, *A Morte de Segundo Estácio de Saa*. Posteriormente, em 1969, publicou novamente em Lisboa mais um livro de poesias, *Objetos Recuperados*. *Ornitorrincos* viria um ano mais tarde, em 1970 e posteriormente *Objetos do Silêncio*.

O seu primeiro emprego, segundo diz na sua folha curricular intitulada “Memorial”, foi num laboratório químico-farmacêutico, onde permaneceu por menos de um ano. Foi despedido, segundo diz no mesmo documento, pela não “coincidência ideológica” com a alta administração da empresa.

Nos anos de 1946 a 1949 residiu em Paris, onde desempenhou atividades no Consulado Português, foi redator na Rádio *Diffusion Française*, exercendo ainda funções como Consultor Literário, segundo ele próprio afirma na sua folha de memórias. Em 1948 foi exonerado das suas atividades consulares por aquilo que considerou serem “razões políticas”.

Enquanto ator amador esteve em digressão no Brasil com o TEUC em 1951. Optou por ficar e fixar residência naquele país entre 1951 a 1968. Viajou para Portugal, em 1968, onde publicou “*Objetos Recuperados*” (Lisboa 1969) e *Ornitorrincos* (Lisboa

1970). Regressa ao Brasil possivelmente em 1970 e novamente fixa definitivamente residência em Portugal após o 25 de Abril, em 1975.

Em São Paulo, fundou e dirigiu a revista *Atlante*, dedicada à abordagem de assuntos Luso-Brasileiros por intelectuais da época. A revista possuía uma forte componente cultural, ligada essencialmente à crítica e à publicação de textos literários e também de espetáculos teatrais. Um acontecimento trágico ditaria o fim da revista: o espaço onde a mesma era editada incendiou-se e a partir daí a revista foi extinta. A coleção da *Atlante* remanescente no seu arquivo conta com 32 exemplares (com alguns números repetidos), intitulados: *Minuto por minuto um inglês viveu: a destruição de Lisboa*; *Os intelectuais com o povo húngaro Picasso e a Hungria visitam a Juqueri*; *Maysa Matarazzo carta a Pablo revisão?* *Os Perigos de Suez: a grande abstracção*; *A comunidade em marcha: a poesia do gosto comum*; *O coronel Nasser*.

Quando esteve em Paris colaborou como correspondente para assuntos internacionais, no *Jornal O Estado de São Paulo* em 1955, onde mais tarde foi redator. No ano de 1959, muda-se para o Rio de Janeiro onde teve experiências como gestor de empresas, ao exercer funções como diretor na empresa *Usina do Outeiro*. A matriz de metal que usou para imprimir os seus cartões-de-visita encontra-se no seu Arquivo.

Paralelamente à sua vida profissional, Joaquim Ferrer dedicava-se também a participar em alguns movimentos literários e artísticos da sua época. Deste modo, foi membro do chamado *PEN Club (Poetry-Essay-Novel)* de Paris, cuja evidência encontramos no próprio cartão de membro localizado no seu arquivo. Também foi membro da *La Critique Etrangère en France*, elaborou um anteprojecto sobre a emigração para a UNESCO, na altura em que exerceu funções consulares, foi entrevistado pela BBC em Londres, expôs pinturas em Portugal e no Brasil, ministrou cursos no estrangeiro, foi crítico de assuntos internacionais e de artes plásticas, fundou o Movimento Pró-Confederação (no Brasil) dos países de expressão portuguesa com estatuto de igualdade política e promoveu a criação do Museu de Arte Moderna em Portugal.

O Movimento Pró-Confederação foi um movimento no qual Joaquim Ferrer aparentemente esteve bastante empenhado, cujos integrantes se propunham a divulgar e garantir os interesses dos países de expressão portuguesa. Os manifestantes levaram a cabo um manifesto por eles próprios definido como “...um brado de alerta dirigido a Portugueses Brasileiros, a Goeses, Moçambicanos e Angolanos e a todos os povos que integram a Comunidade Luso-Brasileira”. O referido Manifesto se encontra no seu arquivo e é de Maio de 1961.

Entre idas e vindas entre Portugal e Brasil, esteve, segundo ele próprio diz, em Luanda, em 1973, para colaborar numa empresa. Contudo não permaneceu por mais de três meses, tendo regressado primeiramente ao Brasil e logo em seguida a Portugal.

O regresso definitivo a Portugal acontecerá após o 25 de Abril, em 1975. No ano de 1976 é integrado na função pública, na Secretaria de Estado da Cultura onde desempenha funções no Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Internas (GCACI), no Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas (GCACE) e posteriormente, já em 1980, no Instituto Português do Livro (IPL).

No GCACE Joaquim Ferrer exerceu funções como diretor. De acordo com a legislação de referência que se encontra no próprio arquivo, o Gabinete tinha como objetivos estudar e coordenar projetos de ação cultural da Secretaria de Estado da Cultura (SEC); colaborar nas relações dos organismos de Estado com o estrangeiro no domínio cultural; e ainda estabelecer programas concretos de intercâmbio cultural, de acordo com as propostas emanadas do Gabinete das Relações Internacionais. O GCACI, onde também exerceu funções de chefia, tinha como principais objetivos, segundo a mesma legislação de referência, coordenar as atividades da Secretaria de Estado da Cultura em território português. O gabinete articulava propostas e projetos apresentados pelos diversos setores da SEC, a fim de definir e decidir sobre a viabilidade dos programas culturais propostos.

Apenas após cessar as suas funções nos dois gabinetes foi nomeado como Assessor no IPL. Os principais objetivos desta instituição, documentados em legislação de referência que se encontra depositada no arquivo, eram fomentar e fazer

expandir a atividade editorial e de livre iniciativa, assegurar o conhecimento e a divulgação do património literário português, promover a edição do livro português, apoiar a promoção do livro e colaborar com as associações de escritores e editores na representação portuguesa em certames internacionais.

Em 1984, aposenta-se por limite de idade, tendo sido posteriormente distinguido com um subsídio de mérito cultural pelo governo português.

Aposentado aos 70 anos, Joaquim Ferrer não deixou de lado a sua vertente de escritor, tendo continuado a dedicar-se a escrever romances, contos, solilóquios e poesias, cujos manuscritos e, especialmente as largas centenas de datiloscritos, muitos deles inéditos, podem ser encontrados hoje no seu arquivo pessoal, ainda em fase de organização, com vista à disponibilização ao utilizador, especialmente no âmbito da literatura portuguesa.

No quadro 3, em jeito de sistematização, identificamos os aspetos relevantes da sua cronologia.

Quadro 3. Aspetos relevantes da vida e da obra de Joaquim Ferrer

Cronologia	Factos
1914	Nascimento em 29/06, Miranda do Corvo, Coimbra
1939-1945 (?)	Licenciatura em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa.
193(?)	Residência na Suíça (2 anos) por questões de saúde
1941	Publicação de Rampagodos (primeiro romance)
1945	Publicação de Ilha Doida
1947-1948	Exercício de atividades como funcionário consular (Paris, França)
1946-1947	Exercício de funções como redator na <i>Radio Diffusion Française</i> (Paris, França)
1946-1947 (?)	Exercício de funções como professor de português e tradutor para o português e para o francês (Paris, França)

1946-1947	Exercício de funções como Consultor literário (Paris, França)
1948	Dispensa das atividades consulares por “razões políticas”
1950 (?) ou 1951(?)	Realização da sua primeira exposição de pintura abstrata (Galeria do Diário de Coimbra)
1951	Ida para o Brasil em digressão artística (TEUC)
1956-1957	Direção da Revista Atlante (São Paulo)
1951(?)	Exercício de funções e atividades no jornal O Estado de São Paulo
1959	Mudança para o Rio de Janeiro
196(?)	Exercício de funções como administrador na Companhia Deodoro Industrial (Rio de Janeiro, Brasil)
1968	Publicação de A morte de Segundo Estácio de Saa (Rio de Janeiro)
1968	Viagem a Portugal
1969	Publicação de Objetos Recuperados (Lisboa)
1970	Publicação de Ornitorrincos (Lisboa)
1970	Regresso ao Brasil
1973	Exercício de funções numa empresa em Luanda (durante 3 meses)
1975	Regresso definitivo a Portugal, após o 25 de Abril.
1976	Exercício de funções como mandatário por Lisboa em campanha presidencial
1976	Integração na Função Pública
1974-5/9/1977	Secretaria do Estado da Cultura: Exercício de funções e atividades no Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Externas
5/9/1977-1980	Secretaria do Estado da Cultura: Exercício de funções e atividades no Gabinete Coordenador das Atividades Culturais Internas
1980-1984	Secretaria do Estado da Cultura: Exercício de funções e atividades no IPL – Assessor
1984	Aposentação por limite de idade
1984	Distinguido com subsídio de mérito Cultural pelo governo português.
1994	Falecimento em 18/09 em Lisboa.

3.2 Caracterização geral do Arquivo

O arquivo está sob custódia da FLUC desde 7 de Fevereiro de 2013, doado pelo filho do titular, o Professor Doutor Diogo Falcão Ferrer.

A doação ocorreu numa sessão solene com a presença do então Diretor da Faculdade, do então Diretor do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, do Doutor Diogo Falcão Ferrer e de vários professores e funcionários. Nesta altura, veio apenas uma pequena fração do arquivo, tendo a Faculdade recebido o restante do mesmo um pouco mais tarde.

O arquivo é constituído por várias tipologias de documentos produzidos e acumulados pelo titular, ao longo da sua via e ao longo do exercício das atividades profissionais e pessoais que exerceu, conforme vimos na sua biobibliografia. Na ilustração 3 é possível verificar a comunicação realizada no sítio Web da FLUC, aquando da cerimónia de entrega do Arquivo.



Ilustração 3: Página Web da FLUC com a comunicação da quando da entrega do arquivo. Fonte: http://www.uc.pt/fluc/agenda/espolio_joaquim_ferrer

O Arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: da análise biobibliográfica à organização da informação.

O arquivo foi doado à biblioteca do Instituto de Língua e Literatura Portuguesa (ILLP) da FLUC. Como não havia um espaço apropriado no referido Instituto que comportasse convenientemente o arquivo, foi tomada a decisão de o transportar para o depósito dos Serviços de Biblioteca e Documentação (SBD) da FLUC, onde o mesmo ainda se encontra armazenado em mobiliário próprio e devidamente assinalado para o efeito (Ilustração 4).



Ilustração 4: Foto do AJFMF no depósito de arquivo, ainda em fase de tratamento.

O arquivo JFMF é constituído por aproximadamente 7.900 unidades documentais, compreendidas entre os anos de 1880 a 1993¹⁷, sendo estas, pois, tecnicamente as suas datas extremas. Estas unidades encontram-se divididas entre 18 caixas e 86 capas, onde podemos encontrar um arquivo rico em textos manuscritos e

¹⁷ As datas extremas da documentação que se encontra no arquivo (1880-1993) não estão em conformidade com as datas de nascimento e morte (1914-1994) do seu titular porque, neste caso, tanto como em vários outros, o mesmo manteve em seu poder alguns documentos familiares que ali permaneceram até a sua doação. Por entendermos que se trata de documentação que pertence ao arquivo decidimos mantê-la no conjunto.

datiloscritos inéditos, pertencentes a géneros literários diversificados e a tipologias documentais igualmente variadas, destacando-se: romances, poemas, contos, solilóquios, publicações periódicas (revistas), recortes de artigos de jornais, agendas, blocos de notas, fotografias, negativos de fotografias, correspondência profissional, pessoal e de terceiros, notas autobiográficas, documentos de identificação pessoal (passaportes, cartões de inscrição consular, cartões de residência), desenhos, requerimentos, atestados, certificados, catálogos de exposição de arte, entre outros.

Tanto quanto pudemos apurar, quer pelas entrevistas realizadas, quer pela observação direta da documentação, esta terá sido organizada primeiramente pelo próprio titular e posteriormente pela família, assim permanecendo até o mês de outubro de 2013, altura em que iniciamos os trabalhos de organização.

Quanto ao estado de conservação em que se encontram os documentos, de um modo geral, podemos classificá-lo de razoável a bom. Tal situação foi possível observar em praticamente toda a produção intelectual existente no arquivo, com algumas exceções observadas de quando em quando (Ilustração 5). De referir que os documentos vinham muitos deles com cliques metálicos, agrafados ou mal acondicionados em papel ou capas plásticas confeccionadas com material com alto nível de acidez.

Com o início dos trabalhos pôde-se verificar que se tratava de um grande volume de documentos que inicialmente foram agrupados em duas partes facilmente identificadas: a primeira referente à produção intelectual do titular, que logo se percebeu que se dividia em contos, poemas, solilóquios e romances; a segunda, composta por um grande aglomerado de documentos, sem ordenação e com diversos contextos e/ou conteúdos misturados, sem haver qualquer indício de uma organização atribuída pelo titular. Nestes dois grupos só foi possível identificar uma organização original no caso particular dos contos que, segundo pudemos verificar e posteriormente nos veio confirmar o herdeiro e doador do arquivo, foram devidamente organizados e classificados pelo titular, por meio de códigos alfanuméricos. Estes contos inicialmente identificados e correspondendo a aproximadamente 1100 unidades documentais, estavam separados em capas etiquetadas por temas ou categorias.

Conforme dissemos, logo observou-se existir uma espécie de associação de contos por meio de uma codificação alfanumérica, composta pelas três primeiras letras referentes ao tema do conto seguida de uma numeração sequencial. Posteriormente, e já numa fase final de organização das atividades intelectuais do titular, foi possível confrontar esta codificação com os vários índices dos contos que foram sendo encontrados no decorrer do recenseamento. A referida situação pode ser visualizada nas ilustrações 6 e 7.

contos consoante a categoria nas diversas capas, dando a entender que os mesmos poderiam dar origem a uma publicação completa.

A organização¹⁹ deste arquivo foi morosa e complexa, tendo sido percorridas diversas etapas até se conseguir apurar todas as informações necessárias acerca do seu titular e a partir delas tentar compreender que partes da sua vida estavam presentes no seu arquivo.

Este longo processo culminou com a elaboração de um quadro de classificação que, dada a extensão, será representado visualmente apenas de forma parcial no decorrer deste capítulo. Para a descrição sumária do conteúdo geral de cada nível e respetivos subníveis do referido quadro de classificação, optou-se por discriminar cada secção e efetuar essa tarefa separadamente, conforme se verá.

Para a organização, optou-se por identificar primeiramente quatro grandes secções, em conformidade com a documentação presente no arquivo e inserida no seu devido contexto, profissional ou pessoal. Assim, o APJFMF foi dividido em quatro grandes secções, secções essas constituídas na sua grande maioria por documentos textuais e em alguns casos por documentos iconográficos. As quatro grandes secções que foram primeiramente identificadas com o apoio das informações biográficas do titular e respeitando um critério funcional são:

- As Atividades na Função Pública;
- As Atividades Pessoais;
- As Atividades Empresariais;
- As Atividades Intelectuais.

De referir que abaixo de um primeiro nível - o nível do próprio Arquivo - existem mais três ou quatro níveis hierárquicos, dependendo do caso, que vão desde

¹⁹ **Organização** – conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística, mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos, tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original (NP 4041, 2005, p. 16).

as secções, passando pelas subsecções, séries, subséries e subssubséries, sendo que as duas últimas não estão presentes em todas as secções existentes no arquivo.

Na secção Atividades na Função Pública, o primeiro e o segundo nível hierárquico, abaixo do nível do arquivo, são níveis funcionais que foram discriminados de acordo com as funções desempenhadas por Joaquim Falcão Marques Ferrer na função pública. Sendo o primeiro nível correspondente à função mais abrangente e o segundo nível às funções individualizadas, que representam os cargos ocupados pelo titular. Relativamente ao terceiro e quarto nível, neles os documentos foram agrupados de acordo com a tipologia ou o gênero documental ou literário (quadro 4).

As secções Atividades Pessoais, Atividades Empresariais e Atividades Intelectuais, contrariamente à secção anterior (Atividades na Função Pública), possuem apenas um nível hierárquico funcional, sendo os restantes fixados de acordo com critérios como o gênero documental, a tipologia documental, o formato ou mesmo, em alguns casos excepcionais, os assuntos.²⁰

Os documentos existentes em todas as séries do arquivo foram agrupados e dispostos por ordem alfabética e cronológica, sendo que a ordenação alfabética foi atribuída às séries e subséries e a ordenação cronológica foi atribuída às subséries, ordenando cada unidade documental por ordem decrescente, do documento mais recente para o documento mais antigo. Os documentos não datados foram dispostos no fim de cada sequência de ordenação, nas respetivas série/subsérie/subsubsérie.

O esquema visual do quadro de classificação foi dividido em função das secções, para separadamente darmos conta, na descrição geral dos conteúdos, de toda a documentação existente em cada secção, e para fins posteriores de descrição arquivística e recuperação da informação. O quadro de classificação completo a seguir (quadro 4):

²⁰ No que respeita à utilização do formato como critério para a construção de séries, tal facto se deu em casos muito especiais, tais como das fotografias e ilustrações que se encontram nas Atividades Pessoais, e que assim foram classificadas por questões de conservação ou para atender aos possíveis interesses dos utilizadores. Quanto aos assuntos, a sua utilização se verificou exclusivamente na documentação das Atividades Intelectuais, mais precisamente dos géneros literários, para o que nos valem da classe 8 (Literatura) da CDU.

Quadro 4. Quadro de classificação do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer

Esquema do quadro de classificação do Arquivo Pessoal Joaquim Falcão Marques Ferrer (1880-1993)	
1.	<u>Atividades na Função Pública (1947 – 1981)</u>
1.1.	Assessoria e Coordenação na SEC (1947 – 1981)
1.1.1.	Apontamentos de Trabalho
1.1.2.	Correspondência
1.1.2.1.	Expedida
1.1.2.2.	Recebida
1.1.3.	Documentação Funcional
1.1.4.	Documentação de Organização dos Serviços
1.1.5.	Documentação de Referência
1.1.6.	Notas de Serviço
2.	<u>Atividades Pessoais (1880-1993)</u>
2.1.	Documentos Iconográficos (1931-1969)
2.1.1.	Fotografias
2.1.2.	Ilustrações
2.2.	Documentos Textuais (1880-1993)
2.2.1.	Documentos pessoais
2.2.2.	Correspondência
2.2.2.1.	Expedida
2.2.2.2.	Recebida
2.2.2.3.	De Terceiros
3.	<u>Atividades Empresariais (1964-1964)</u>
3.1.	Correspondência (16/09/1964 -14/12/1964)

4. **Atividades Intelectuais**

4.1. Divulgação de exposições (1950-1954)

- 4.1.1. Do titular
- 4.1.2. De terceiros

4.2. Críticas de terceiros

4.3. Datiloscritos literários

- 4.3.1. Solilóquios
- 4.3.2. Romances
- 4.3.3. Poesias
- 4.3.4. Novelas
- 4.3.5. Contos
 - 4.3.5.1. Índices dos contos
- 4.3.6. Ensaios
- 4.3.7. Cartas
- 4.3.8. Discursos
 - 4.3.8.1. Proferidos pelo titular
 - 4.3.8.2. Proferidos por terceiros
- 4.3.9. Traduções
- 4.3.10. Aforismos
- 4.3.11. Escritos panfletários e políticos
- 4.3.12. Escritos filosóficos ou discursivos

4.4. Manuscritos literários

- 4.4.1. Avulsos
- 4.4.2. Encadernados

4.5. Aliança para a Defesa dos Direitos de Autor

4.6. Movimento Pró Confederação

4.7. Universidade Lusitânica

4.8. Publicações Periódicas

- 4.8.1. Avulsas
- 4.8.2. Coleções

4.9. Recortes de Imprensa

3.3.1 Atividades na Função Pública

A primeira secção a ser esmiuçada pela nossa descrição será a referente às Atividades na Função Pública. O quadro de classificação correspondente pode ser visualizado na ilustração 8.

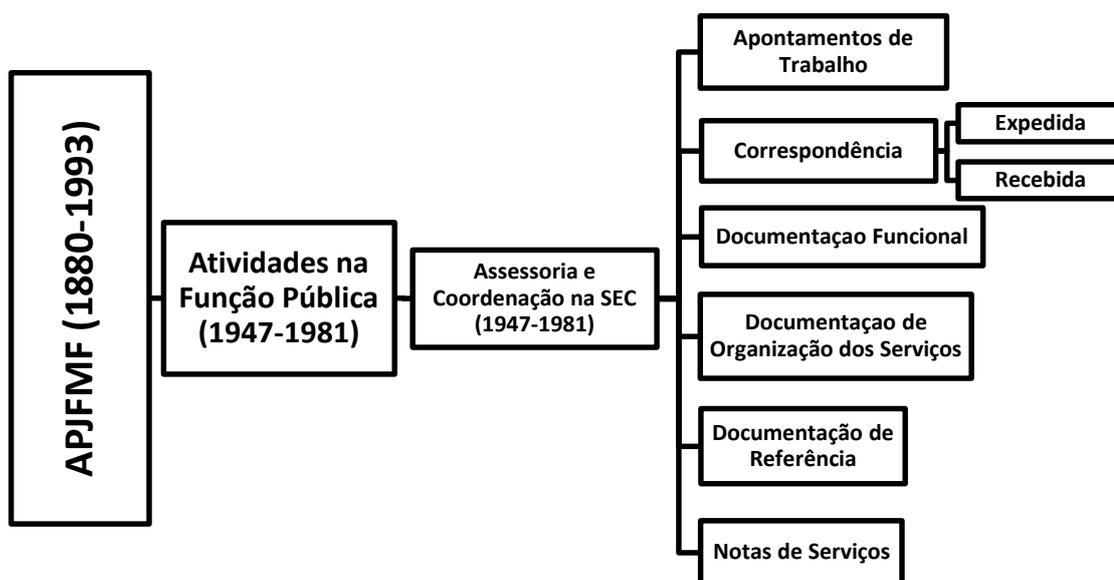


Ilustração 8: Composição da Seção Atividades na Função Pública, Arquivo JFMF.

Nota: Todas as datas indicadas no quadro referem-se ao documento mais antigo e ao mais atual.

A *secção Atividades na Função Pública* inclui documentação do período em que JF primeiramente desempenhou o cargo de diretor nos gabinetes de coordenação de atividades culturais da Secretaria de Estado da Cultura, e posteriormente o de Assessor no IPL. A grande maioria dos documentos desta secção são na verdade cópias de documentos armazenadas por JF a fim de possivelmente servirem como prova. Também há documentos originais do titular incluídos nesta secção.

A *secção* está dividida em apenas uma subsecção: Assessoria e Coordenação na SEC, com 6 séries e 2 subséries.

A *secção* é constituída pelas séries: Apontamentos de trabalho, Correspondência, Documentação funcional, Documentação de organização dos serviços, Documentação de Referencia e Notas de Serviço.

A *série* Apontamentos de Trabalho²¹ é constituída por 10 unidades documentais e contém versões provisórias de documentos oficiais de algumas das instituições das quais JF fez parte.

A *série* Correspondência (com as subséries correspondência expedida e recebida) é constituída por 95 unidades documentais. Os documentos que fazem parte desta série estão inseridos no período de 1947 a 20 de Março 1981. Na subsérie Correspondência expedida podemos encontrar relatórios, informações²² cartas, ofícios e notas de serviço que espelham as comunicações entre o Gabinete, a Secretaria de Estado e alguns organismos estrangeiros a fim de firmar cooperações e projetos, tendo em vista a promoção da cultura. Estes documentos foram assinados por JF, enquanto diretor de ambos os gabinetes e enquanto assessor do IPL. Por fim temos um Anteprojecto sobre a emigração, apresentado à UNESCO, no qual são relatados os problemas da emigração e as suas relações com a educação, ciência e cultura de 1947. Na subsérie correspondência recebida, estão incluídos despachos assinados pelo presidente da SEC, com todas as atribuições do IPL, deles constando todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas pelo Instituto naquela época.

A *série* Documentação funcional é constituída por apenas 3 documentos, situados entre 01 de Agosto de 1980 a 28 de Outubro de 1980. É uma série incompleta que corresponde aos documentos reunidos possivelmente para compor o processo de nomeação de JF como assessor do IPL. Os documentos desta série correspondem a uma Lista de documentos comprovativos, uma Declaração Autenticada e um Termo de Posse.

²¹ Esta subsecção necessita de uma análise individual e mais detida do conteúdo de cada um dos documentos, de modo a que se possa concluir pela sua inclusão ou não em outras subsecções ou mesmo séries da secção.

²² Tais relatórios e informações encontram-se nesta subsérie por se tratar de anexos de documentos originais.

A *série* Documentos de referência é constituída por 14 unidades documentais, que correspondem a documentos jurídico-legais, produzidos entre 7 de Setembro de 1966 a 23 de Maio de 1980. Trata-se de fotocópias de documentos jurídico-legais, que incluem decretos-lei publicados no Diário da República; organograma do governo português em 1977, comunicados e documentos que dão conta de algumas reivindicações dos trabalhadores da SEC; e um resumo de reuniões a propósito das relações culturais entre Portugal e Brasil.

As *séries* Documentos de organização dos serviços e Notas de serviços estão constituídas por 25 documentos, compreendidos entre 1974 a 1980 e cujos conteúdos se encontram subdivididos entre a organização dos serviços, com a identificação de todas as competências do GCACI; e algumas das Notas de serviço emitidas no período.

3.3.2 Atividades Pessoais

A segunda secção a ser esmiuçada será a das Atividades Pessoais. O seu quadro final de classificação pode ser visualizado na ilustração 9.

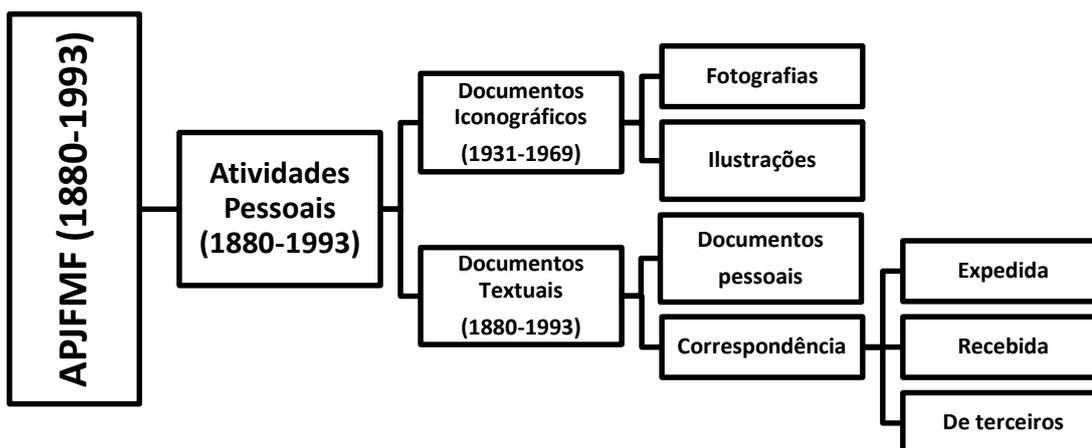


Ilustração 9: Composição da Secção Atividades Pessoais, Arquivo JFMF.

Nota: Todas as datas indicadas no esquema referem-se ao documento mais antigo e ao mais atual.

A *secção Atividades Pessoais*, como próprio nome indica, contém documentos pessoais e, diferentemente da secção anterior, não foi fixada com base nas funções e/ou cargos desempenhados pelo titular, mas sim nos gêneros/tipos/formatos dos documentos por ele acumulados e que assumem, no seu arquivo, um caráter pessoal.

Nesta *secção* podemos encontrar correspondência, documentos autobiográficos, documentos de identificação ou ainda fotografias.

A *secção* está dividida em duas séries: Documentos Iconográficos; e Documentos Textuais.

A *série* Documentos Iconográficos é constituída por duas *subséries*: Fotografias e Ilustrações. A *subsérie* Fotografias é constituída por 26 fotografias e 2 negativos pertencentes ao titular. Segundo as informações do herdeiro, são fotografias

do próprio JF, de alguns familiares, amigos e de locais visitados por ele. As fotografias estão compreendidas entre os períodos de 1933 a Agosto de 1969.

A *subsérie* Ilustrações é constituída por ilustrações a mão livre, por ilustrações impressas, por cartões elaborados pelo titular e por terceiros, formando um total de 178 unidades documentais. As ilustrações estão compreendidas entre os períodos de 1931 a 1969 e revelam o gosto de Joaquim Ferrer pelas artes em geral e pela arte abstrata.

A maioria das ilustrações a mão livre é da autoria do titular, havendo também uma minoria cuja autoria podemos atribuir a terceiros. Podemos verificar desenhos de rostos, de paisagens ou ainda abstratos. Curiosamente, no conjunto das ilustrações é possível encontrar vários cartões elaborados pelo titular e ainda dois recebidos de terceiros. Estes cartões estão inseridos no período de 1933 a Agosto de 1969. Os cartões elaborados por JF, segundo pudemos observar, tinham a finalidade de servir para enviar mensagens de felicitações em épocas festivas, como por exemplo no Ano Novo. Mas, apenas um desses cartões, do ano de 1960, foi realmente preenchido pelo titular com uma mensagem de feliz ano novo a um amigo.

A *série* Documentos Textuais é constituída por duas *subséries*: Correspondência e Documentos Pessoais. Trata-se de variadíssimos documentos com contextos/assuntos relacionados com a sua vida pessoal, mas muitos destes têm uma ligação direta a outras atividades desenvolvidas por JF.

A *subsérie* Correspondência (com as *subsubséries* expedida, recebida e de terceiros) é constituída por 62 unidades documentais. Os documentos que fazem parte desta série estão inseridos no período de 9 de Janeiro de 1948 a 11 de Novembro de 1987. Na correspondência expedida existem documentos originais, cópias, datilografados e manuscritos de cartas enviadas a alguns periódicos e memoriais. Na correspondência recebida existem informações acerca de um subsídio de mérito cultural que JF recebia do Governo Português, cartas dos TEUC, da Calouste Gulbenkian e do PEN. Na correspondência de terceiros existem algumas cartas de recomendação elaboradas possivelmente a pedido de JF para que pudessem constar em processo de candidatura do titular a um projeto internacional, além de uma carta

aberta ao Ministro do Estado e de um cartão-de-visita. Personalidades como Fernando Namora assinam algumas destas cartas.

A *subsérie* Documentos Pessoais constitui-se de documentos vários. São cerca de 211 inseridos no período de 1880 a 31 de Janeiro de 1993. Dentro da subsérie e dada a sua variabilidade, os documentos foram agrupados por conjuntos e dispostos por ordem alfabética e dentro de cada grupo por ordem cronológica.

No primeiro grupo é possível encontrar documentos de identificação do titular, tais como títulos de transportes, cartas de condução, boletins de vacinação, inscrições consulares²³, cartões de colaborador, carteiras profissionais do Brasil e ainda uma petição de agravo. Seguem-se convites para participação em eventos, currículos, documentos de candidatura a uma bolsa na *National Humanities Center*, projetos de trabalho e programas de espetáculo teatral.

No segundo grupo foram integrados certidões, atestados de junta de freguesia, declarações e certificados de cursos.

No terceiro grupo é possível encontrar apontamentos para diários, reflexões e outros tipos de apontamentos pessoais.

No grupo dos documentos fiscais há faturas e recibos. Há ainda um dossier que se refere à reintegração de JF na Função Pública, cujas datas extremas são 1967-1970, além dos várias notas autobiográficas redigidos pelo próprio titular e dos seus passaportes.

O último documento da subsérie trata-se de uma requisição para a concessão de benefício telefónico.

²³ Trata-se do registo ou inscrição de cidadãos estrangeiros no país em que fixam residência para fins de identificação pessoal.

3.3.3 Atividades Empresariais

A terceira *secção*, correspondente às Atividades Empresariais apresenta o quadro de classificação que pode ser visualizado na Ilustração 10.

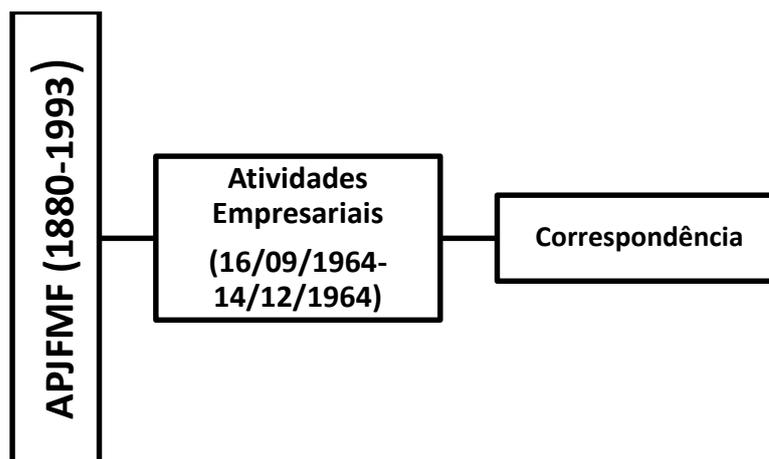


Ilustração 10: Composição da Seção Atividades Empresariais, Arquivo JFMF.

Nota: Todas as datas indicadas no quadro referem-se ao documento mais antigo e ao mais atual.

A *secção* **Atividades Empresariais** corresponde ao período em que JF foi diretor da empresa Companhia Usina do Outeiro, no Rio de Janeiro-Brasil. Esta é a menor *secção* do arquivo e por consequência a com menos número de unidades documentais, sendo constituída por uma única série, a correspondência.

A *série* correspondência é constituída apenas por dois documentos que são o testemunho desta atividade exercida por Joaquim Ferrer: um cartão-de-visita e um ofício. O cartão-de-visita, na verdade é uma matriz em metal destinada à impressão de cópias. Contém gravado o nome, a morada, a empresa e o indicativo do cargo de diretor de empresa ocupado por Joaquim Ferrer. O único ofício remanescente do exercício desta função, no Arquivo, foi escrito em inglês e assinado por JF e apresenta uma proposta a uma empresa nos Estados Unidos da América. Anexado a este documento

encontramos a resposta. Um dos documentos é datado de 14 de Dezembro de 1964 e o outro de 16 de Setembro de 1964.

3.3.4 Atividades Intelectuais

A quarta secção correspondente às Atividades Intelectuais apresenta o esquema de classificação que pode ser visualizado na ilustração 11.

A *secção Atividades Intelectuais* é a que se destaca com um maior número de unidades documentais, aproximadamente 7300, e é conseqüentemente a que apresenta mais níveis e subníveis de classificação.

Esta é uma secção muito abrangente, que inclui diversas facetas do titular. Nela podemos encontrar a sua faceta de escritor, de pintor, de colaborador em projetos de caráter cultural, diretor de revista cultural, entre outros. No geral trata-se de uma classe que engloba toda a sua produção intelectual remanescente, bem como reflexos das atividades culturais a que estava associado (Ilustração 11).

A secção conta com nove séries, e dadas as particularidades do seu contexto e conteúdo, quatro delas ainda se desdobram em diversas outras subséries ou mesmo subsubséries (Ilustração 11).

A primeira *série* Divulgação de exposições é constituída por duas subséries, que correspondem à divulgação de exposições do titular e de terceiros. Trata-se de uma série que integra 13 unidades documentais inseridas no período de 1950 a 1954. O Catálogo de Exposição do titular refere-se a uma exposição de pintura que JF realizou em Portugal em 1951 (Ilustração 11).

3. A organização do Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer

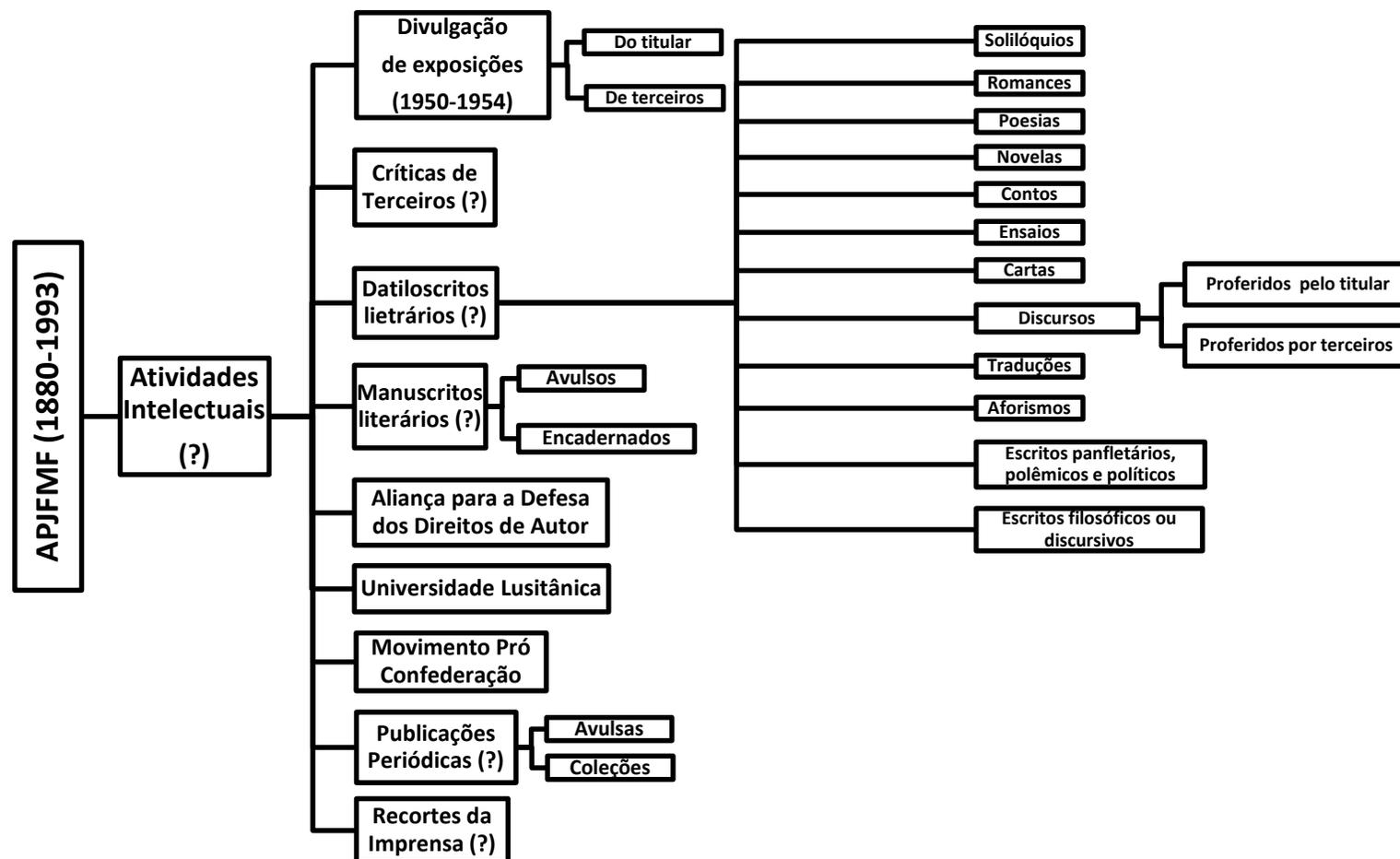


Ilustração 111: Composição da Secção Atividades Intelectuais, Arquivo JFMF.
 Nota: Todas as datas indicadas no quadro referem-se ao documento mais antigo e ao mais antigo.

A *série* Datiloscritos Literários, conforme se observa na ilustração 11, é constituída por doze subséries. Trata-se da secção com o maior número de documentos, todos eles associados à produção literária de Joaquim Ferrer que documentam a sua incursão em diversos gêneros literários. Conforme as informações que temos há, nesta série, umas largas centenas de documentos inéditos.

No gênero literário da Prosa encontramos:

- ✓ Os Romances: trata-se em muitos casos de versões de obras acabadas ou inacabadas, além de possivelmente inéditos.
- ✓ As Novelas são uma versão reduzida dos romances; JF identificava-as como sendo romances novelísticos.
- ✓ Os Contos são, conforme dissemos anteriormente, constituídos por aproximadamente 1100 unidades documentais, agrupadas por assunto. JF atribuiu códigos e números para os diferentes assuntos em simultâneo com a elaboração de um índice onde constavam todos os contos, com os referidos títulos, assuntos, código respectivo e data. Os contos eram classificados de acordo com o tema/contexto. Na ilustração 12 é possível verificar as designações atribuídas pelo titular aos seus contos, classificando-os de acordo com o conteúdo.



Ilustração 122: Atribuição das designações aos contos, pelo próprio titular, de acordo com o contexto.

Os contos encontram-se divididos em pastas, organizados de acordo com a classificação do titular. Em alguns casos, apesar de que não sabemos precisar um valor, provavelmente concluídos e prontos para serem publicados. Os contos se encontram desta forma organizados, mas há casos menos frequentes em que se nota uma mistura de assuntos. Ainda:

- ✓ Ensaios; sabemos da existência deste gênero, contudo não podemos precisar em que quantidade.
- ✓ As cartas de natureza ficcional intituladas pelo próprio titular “Carta para os Beatles”, são um interessante exemplo de como Ferrer brincava com as situações. As personagens principais que escreviam as cartas eram naturalmente as fãs dos Beatles, que declaravam o seu amor e admiração para com o grupo.
- ✓ Os Discursos se dividem em discursos proferidos pelo titular e por terceiros. Configuram um total de apenas três unidades documentais. O discurso proferido pelo titular inclui um discurso dirigido a um familiar de JF, José Falcão. O discurso proferido por terceiros integra um discurso de candidatura à presidência da república.

Também verificamos outros gêneros literários abundantes incluídos nesta mesma série documental. Trata-se de solilóquios, aforismos e das poesias de JF. Os solilóquios são uma espécie de peça teatral em que o texto se desenrola com um único personagem. Já os aforismos são os jogos de palavra. E Ferrer pelos vistos gostava de os escrever, a julgar pela frequência desse gênero no seu arquivo.

As Poesias perfazem aproximadamente 5250 unidades documentais. As peças de teatro albergam diversas unidades documentais inseridas no período de 16 de Setembro de 1984 a 6 de Novembro de 1988. Entre elas incluem-se, como dissemos, os Solilóquios, relativamente abundantes no arquivo e que perfazem aproximadamente 340 unidades documentais.

As Traduções são constituídas, na verdade, e até ao momento, por apenas uma unidade documental. Trata-se de uma tradução da obra *Antígona*, datada de Fevereiro de 1980.

A *série* Manuscritos Literários é constituída por duas subséries, que correspondem aos avulsos (folhas soltas) e aos encadernados (blocos de notas). Estas subséries incluem diversos rascunhos e esboços de possíveis produções literárias de JF que a nosso ver numa posterior análise poderiam encaixar-se em gêneros literários como por exemplo, Escritos filosóficos ou discursivos, Diários e memória, Anagramas, Aforismos e Escritos panfletários, polémicos e políticos.

Esta série contém aproximadamente 400 unidades documentais. É uma série com algumas particularidades e, por nela haver um número relativamente grande de folhas soltas não foi fácil a sua organização ou a identificação do conteúdo. Nesta série encontram-se diversas curiosidades também como esboços de capas para livros, algumas notas pessoais, mas sobretudo muitos rascunhos de produção literária.

Já os manuscritos encadernados correspondem às mais diversas notas tiradas por Joaquim Ferrer em várias agendas e blocos, onde podemos encontrar regra geral os mesmos tipos de conteúdos descritos nos manuscritos avulsos.

A *série* Aliança para a Defesa dos Direitos de Autor é constituída por uma cópia de um artigo de jornal que tratava de divulgar os objetivos da Aliança e de uma declaração que definia as finalidades deste organismo. Esta documentação está inserida no período de 29 de Agosto de 1977 a 11 de Junho de 1977.

A *série* correspondente ao Movimento Pró Confederação é constituída por 50 unidades documentais, onde existe um dossier incompleto de constituição e organização. Esta documentação está inserida no período de Abril de 1961 a Agosto de 1974.

A *série* Universidade Lusitânica consta apenas um documento que apresenta o regulamento de constituição.

A *série* Publicações Periódicas é constituída por 45 unidades documentais, divididas por duas subséries, as Coleções e as Avulsas. São revistas que abordam temáticas diretamente ligadas à cultura. A subsérie Coleções é constituída por quatro coleções: alguns números da revista Atlante, da qual JF foi diretor, do boletim informativo da PEN Club, da revista Sísifo e separatas de uma revista, da autoria de JF. A subsérie Avulsas é constituída por duas revistas que não configuram coleções no âmbito deste arquivo, por se tratar de números isolados: O programa em revista (teatro)

e a Síntese. Esses são os títulos de mais duas revistas que fazem parte desta série e estão juntos com a Atlante.

Finalmente e para completar a descrição dos conteúdos do AJFMMF, mencionamos a *série* Recortes de Imprensa, atualmente constituída por 54 unidades documentais, entre as quais recortes de diversos jornais sobre diversas temáticas e contextos. Alguns se encontram avulsos e outros incluídos em um dossier.

4. Reflexão do Processo de Organização do APJFMF

O presente capítulo pretende servir como uma breve reflexão sobre a organização do APJFMF, bem como referir todas as etapas ultrapassadas para o organizar e ainda sugerir algumas intervenções que ficaram por realizar no âmbito do desenvolvimento da nossa proposta de tratamento.

Como já foi referido anteriormente, o tratamento deste acervo não ficará concluído apenas com esta dissertação, pois haverá necessidade de pelo menos mais três intervenções, duas delas na área da Ciência da Informação e a terceira, esperamos, na área dos estudos de literatura portuguesa.

Nesta linha de raciocínio apresentaremos um conjunto de processos indispensáveis para um exemplar tratamento desse Arquivo.

O propósito principal deste trabalho era chegar ao fim com a conclusão da etapa de organização do arquivo, situação a que efetivamente se chegou, já que foi realizada a classificação intelectual de todos os documentos do arquivo, bem como a sua ordenação e, ainda, uma descrição geral dos seus conteúdos. Podemos dizer que o nosso propósito, neste sentido, foi devidamente cumprido.

Quanto ao estudo de caso realizado, estamos perante um arquivo que não apresentava uma organização original e nem mesmo algum indício de uma configuração de conjuntos ou grupos individualizados de documentos, excetuando-se os casos devidamente documentados, entre os quais, pelo grau de organização detetado, mereceram destaque os Contos. Face a esta situação, a opção tomada foi efetuar a individualização e organização dos conjuntos, seguida da sua ordenação, segundo uma estrutura consentânea com todo o contexto de produção dos documentos, que neste caso correspondeu à vida do seu titular. A organização da documentação surgiu apenas após um contato muito aprofundado, em forma de um estudo de caso, tanto no que respeita ao titular quanto no que tocava particularmente à documentação.

A elaboração do quadro de classificação pressupõe a identificação correta e precisa do conteúdo e do contexto de produção de uma dada documentação, bem como a articulação entre os próprios documentos, inserindo-os numa estrutura hierárquica de classificação. O principal propósito de toda esta atividade é a recuperação e o acesso à informação, mas sobretudo a integração das unidades documentais em um contexto capaz de nos proporcionar a compreensão das razões da existência dos documentos num dado arquivo.

Este trabalho foi o responsável pela organização da documentação do escritor Joaquim Ferrer, e culminou com a criação de uma estrutura interna e externa para os seus documentos, sempre com a preocupação de classificá-los de acordo com o contexto e com a tipologia documental em primeiro lugar, e não pelos assuntos ou pelos conteúdos. Um exemplo em concreto que pode ser facilmente verificado no arquivo é o caso da correspondência: ao depararmos com ela, havia duas escolhas: agrupar toda a correspondência sob uma única série documental ou separá-la de acordo com o seu contexto e tendo em vista a sua inserção numa atividade/função da qual estivesse diretamente dependente. Optamos pela segunda opção.

No decorrer do processo de classificação, deparamo-nos com inúmeras dificuldades, como por exemplo com documentos fora do seu contexto ou com misturas de tipologias diferentes de documentos numa mesma unidade de instalação. Outra situação bastante complexa de se resolver foi a classificação dos manuscritos. As dificuldades prendiam-se com o facto de estarem em grande parte avulsos e naturalmente escritos à mão e isso dificultou-nos na compreensão do conteúdo dada a ilegibilidade, em vários casos, da caligrafia do titular.

Para além da organização, que foi assegurada neste trabalho, há ainda a necessidade da execução de algumas práticas de conservação de documentos arquivísticos, que ainda precisam ser cumpridas, são elas: a higienização de todo o conjunto, o restauro pontual de alguns itens que se encontram em mau estado e em risco de perda de informação, a planificação do acondicionamento e da armazenagem, a avaliação da situação das diversas cópias existentes, a digitalização e a criação de um sítio Web onde poderá ser disponibilizado o arquivo para o livre acesso dos seus utilizadores.

Regra geral a higienização é a primeira etapa a ser executada ao receber uma documentação, contudo neste caso e dada a necessidade de encontrar um contexto que enlaçasse os documentos foi tida em conta em primeiro lugar a realização da organização. É necessário a avaliação diagnóstica dos documentos para que se opte pela escolha do material que poderá ser utilizado na limpeza dos documentos, dado que é sabido que a utilização de meios apropriados evita maiores danos nos documentos. A limpeza dos documentos deve também eliminar qualquer tipo de material metálico, que possa deteriorar o papel, embora neste arquivo já tenham sido eliminados praticamente todos os cliques, alguns já com sinais de oxidação.

Ao longo do tratamento do arquivo foi possível constatar a deterioração de alguns documentos, que necessitam, conforme dissemos, de um restauro pontual a fim de evitar o dano maior que é a perda irremediável da informação. A etapa que seguir é o acondicionamento, e o mesmo deverá ter como finalidade proteger o documento e facilitar o seu manejo. Neste acondicionamento a opção deverá ser por renovar caixas e capas, uma vez que as caixas e as capas que albergam o arquivo precisam ser substituídas por estarem já degradadas e também por não apresentarem qualquer tipo de padronização.

Há neste arquivo um considerável número de cópias, de rascunhos e de originais e mais do que um exemplar original de um documento, há casos em que se verificou a existência de aproximadamente 10 unidades, na forma de cópias, de um mesmo documento. Assim, a avaliação e a posterior eliminação (ou devolução) irão auxiliar na resolução deste problema, na medida em que é necessário para o arquivo em causa seleccionar-se apenas um item de cada documento, devendo ser este, obrigatoriamente, o original, sempre que o mesmo exista.

Esta avaliação e eliminação deverão ser feitas juntamente com o herdeiro do arquivo, na medida em que possa haver algum interesse nesses mesmos documentos.

O produtor constituiu o seu núcleo documental segundo critérios que certamente eram os seus e lhe eram preciosos, por exemplo na vertente de funcionário público conservou muitas cópias de correspondência diversa, legislação, acordos, entre outros, assinados por ele, que poderiam servir de valor probatório na altura em

que foram criados ou em qualquer outra altura. Também seguiu o seu percurso de vida, com o objetivo de possivelmente controlar e registar este percurso para si e para os demais, e conseqüentemente, proporcionar a preservação de uma memória individual e muito pessoal.

A última etapa de tratamento, a nosso ver, consiste na digitalização e na criação de um sítio para a divulgação do acervo, pretendendo assegurar o acesso à informação tanto no arquivo físico como numa plataforma online, num sítio próprio. Após concretizar o processo de descrição arquivística e de criação do sítio para abrigar as descrições e os objetos digitais, deverá estar finalizado realmente o processo.

A última sugestão a fornecer neste capítulo prende-se com a pertinência da intervenção de alunos e de investigadores da área dos estudos de literatura portuguesa, que poderão aprofundar o estudo da produção intelectual de JF, pouco explorada por nós por se tratar de uma área de intervenção de uma outra classe de especialistas.

Conclusão

Na secção que se segue pretendemos enumerar todo o percurso percorrido desde o início dos trabalhos, em Outubro de 2013 até Junho de 2014, no sentido de perceber se todos os objetivos propostos por este estudo foram devidamente alcançados, se os resultados obtidos eram os desejados e enumerar algumas das principais dificuldades encontradas ao longo deste processo.

O principal objetivo deste trabalho era o de abrir caminho para a divulgação do APJFMF, que foi doado à FLUC a fim de servir como objeto de estudo tanto para os alunos de Ciência da Informação como para os de Línguas, Literatura e Cultura. Posteriormente para qualquer investigador que o queira consultar.

Neste sentido, o ponto de partida para a elaboração desta dissertação culminou com a investigação do percurso de vida do seu titular, de forma a conhecer os antecedentes, as principais áreas de atuação e os projetos nos quais esteve envolvido.

Ao longo deste estudo foi possível perceber que JF procurou deixar o seu legado através dos seus escritos (uma vez que estamos perante um arquivo de um escritor) e sem dúvidas segue a linha da construção do “eu”, com a construção do seu arquivo pessoal. Na presença do arquivo, é facilmente perceptível a preocupação da construção da memória de si, com claros exemplos, como é o caso da inédita e vasta produção literária, dos memorandos e notas autobiográficas (elaborados pelo próprio), de diários, de reflexões, entre outros.

Uma vez que estamos perante um arquivo de um escritor, onde a maior parte da documentação é constituído por uma vasta produção literária, o principal interesse na sua disponibilização ao público, para além de servir como objeto de estudo, é procurar eventuais interessados na publicação desta vasta produção intelectual inédita. Este é também um desejo do próprio titular do arquivo.

O recenseamento de toda a documentação, uma tarefa bastante morosa mas completa, permitiu-nos quantificar os documentos e dividi-los num primeiro instante

de acordo com a sua tipologia documental. Esta tarefa permitiu-nos extrair as informações mais relevantes de cada documento e quantificar as tipologias. O resultado obtido deste procedimento depois confrontado com a biografia do produtor foi a divisão do arquivo em quatro secções, sendo elas: Atividades na Função Pública, Atividades Pessoais, Atividades Empresariais e por fim as Atividades Intelectuais.

O recenseamento serviu-nos de base para todo o processo de tratamento do arquivo, na medida em que a partir daí seguimos a organização da informação, em que o objetivo era identificar os documentos e agrupá-los nas referidas secções.

A metodologia adotada, onde foram dirigidas algumas entrevistas tanto ao herdeiro do arquivo quanto à funcionária que recebeu o arquivo nos SBD, permitiu-nos obter dados biobibliográficos do titular bem como do arquivo em geral.

Os principais resultados deste trabalho levam-nos à conclusão do processo de classificação, da ordenação e da descrição geral do AJFMMF.

A elaboração do quadro de classificação foi o processo mais moroso e mais complexo de todo o trabalho. Primeiro porque detetamos uma diversidade de tipologias documentais e também diversos tipos de produção intelectual do titular, o que poderia dar aso à criação de um esquema ainda mais extenso e que poderia albergar mais do que quatro secções.

O quadro de classificação foi a nossa maior dificuldade uma vez que o titular do arquivo é um individuo multifacetado, que a nível profissional exerceu atividades em diversas áreas, algumas delas muito pouco documentadas pelo próprio arquivo e por isso mesmo difíceis de rastrear. O titular guardou com critério mas também o fez sem qualquer critério. Neste caso, encontrar o contexto e atribuir uma estrutura coerente ao conjunto tornou-se por vezes uma tarefa difícil. A ordenação teve o seu início a partir da criação das secções, sendo aplicado primeiramente o critério alfabético entre as secções, subsecções, séries e cronologicamente, do documento mais recente para o documento mais antigo, nas subséries.

A etapa da ordenação não foi aplicada em todo o arquivo, mas apenas nos casos até ao momento possíveis. A maior dificuldade encontrada nesta etapa foi quando nos

deparamos com uma parte da produção intelectual (contos, poemas, solilóquios) sem data e sem título ou qualquer outro elemento de referência (por exemplo, a paginação). Nestas condições e sem possuir um conhecimento mais aprofundado da obra do titular, foi-nos praticamente impossível ordenar esses documentos desta secção do arquivo considerando o tempo de que dispúnhamos. Situação que fica pendente de resolução.

Outro resultado conseguido com este trabalho foi a descrição geral do fundo. Uma descrição que apresenta as datas extremas de cada secção e/ou de cada subsecção e de cada série bem como o número aproximado ou exato de unidades documentais presentes na série. Apresenta, ainda, de uma forma genérica, que tipos de documentos existem numa série e/ou subsérie, bem como a identificação geral dos seus conteúdos.

Como foi referido no capítulo anterior, não nos foi possível ordenar os documentos da produção intelectual que não continham datas ou títulos, tendo sido possível apenas o seu agrupamento de acordo com o critério tipológico, situação da qual servem de exemplo os contos e os poemas.

Ainda a este respeito, clarificamos que a subsérie que menos se encontra ordenada, neste momento, e pelas razões antes explicadas, são os poemas. Neste sentido optou-se por não se debruçar muito profundamente sobre a produção intelectual do titular, por avaliar e concluir que a melhor alternativa é que estes documentos sejam analisados por especialistas na matéria.

Referências bibliográficas

Artières, P. (1998). Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, 11 (21), p. 9-34.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>.

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (2004). *O perfil do profissional de documentação e informação*. Disponível em:

http://www.apbad.pt/Profissao_Areas.htm.

Brasil. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. (2004). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Disponível em

<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>.

Portugal. Biblioteca Nacional. (2005). *Classificação Decimal Universal: tabela de autoridades*. (3ª ed). Lisboa : Biblioteca Nacional.

Camargo, A. M. A (2004). Os arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. (2), p. 28-39. Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf.

Decreto-lei n.º 16/93 de 23 de Janeiro, ART.º 17, n.º 2 e 3. Diário da República, I Série A, 19 (1993-01-23). *Regime geral de arquivos e do património público*.

Disponível em: http://www.fct.pt/arquivo/docs/DecretoLei16_93.pdf

Duchein, M. (1986). O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivos & Administração*, 10-14 (1), p. 14-33. Disponível

em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2013/07/V10_14N11982_86-revista29.pdf.

Ducrot, A. (1998). A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, 11 (21), p. 151-168. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>.

Faria, M. I. (1988). *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico*. Lisboa: Guimarães Editora.

Freitas, M. C. V. (2003). *Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a Arquivologia no contexto de uma ciência da informação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, M.G., Brasil.

Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general: Teoría y práctica* (5ª ed.). Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.

Heredia Herrera, A. (2007). *Qué es un archivo*. Gijón: Ediciones Trea.

Heymann, L. Q. (1997). Indivíduo, memória e resíduo histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, (19), p. 41-66. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2041/1180>.

Lopez, A. P. A (2003). Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, 154, p. 69-82. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/587/1/ARTIGO_ArqPesFronteirasArquivologia.pdf.

NP 4041. (2005). *Informação e documentação: terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade.

Priberam (2014). Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/privado>. Acedido em 13-03-2014.

- Reis, L. (2006). O arquivo e arquivística evolução histórica. *Biblios*, 24. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/161/16172402.pdf>.
- Rodrigues, A. C. (2008), *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação das tipologias documentais em arquivos*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rosa, C. C. (2009), Divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada e familiar de outrém: responsabilidade civil. *APBAD*. Disponível em: http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/documento.pdf.
- Rousseau, J-Y., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote.
- Schellenberg, T. R. (1963.) *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Silva, A. M. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas de Património*. 3, p. 55-84. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf>.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F, Ramos, J., & Real, M., L. (1999). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. (2ª ed.). Porto : Edições Afrontamento.
- Simões, M. da G. & Freitas, M. C. V. de (2013). A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. *Ponto de acesso*. 7 (1), p. 81-115. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8050/5809>.
- Sousa, R. T. B. (2006). Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística*. 2, (2), p.10-142. Disponível em; file:///C:/Users/Luina%20Soares/Downloads/Arquiv%C3%ADstica_net-

[2\(2\)2006-classificacao_de_documentos_arquivisticos-
trajetoria_de_um_conceito%20\(1\).pdf](#)

Tognoli, N. B., & Barros, T. H. B. (2011). As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de acesso*, 5 (1), p. 66-84. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665>.

Ventura, M. M. (2007). Estudo de caso como modalidade de pesquisa. *SOCERJ*.20, 5, p. 383-386. Disponível em: http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf.

Vianna, A., Lisovsky M., & Sá, P. S. M. de. (1986). A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivos & Administração*. 10-14, (2), p. 67-76. Disponível em: [file:///C:/Users/Luina%20Soares/Downloads/Arquivo_e_Administra%C3%A7%C3%A3o-10-14\(2\)1986-a_vontade_de_guardar-logica_da_acumulacao_em_arquivos_privados.pdf](file:///C:/Users/Luina%20Soares/Downloads/Arquivo_e_Administra%C3%A7%C3%A3o-10-14(2)1986-a_vontade_de_guardar-logica_da_acumulacao_em_arquivos_privados.pdf).

Apêndices e anexos

Anexo 1 - Texto de José D'Encarnação sobre a vida e obra de JF

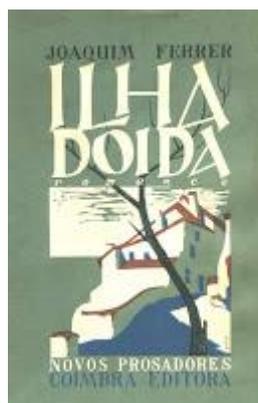
Milhares de páginas inéditas de um escritor neorrealista perseguido no Estado Novo entregues à Faculdade de Letras de Coimbra



O espólio do escritor Joaquim Ferrer vai ser entregue à Faculdade de Letras – Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, da Universidade de Coimbra. O acto de entrega está previsto para o próximo dia 7, quinta-feira, pelas 14h30, na Sala dos Conselhos daquela Faculdade. Na circunstância, usará da palavra o Doutor Carlos Reis, que apresentará Joaquim Ferrer e a sua obra.

A notícia, dada desta forma, até pode passar despercebida, que é como quem diz: «Mais um que não sabe onde pôr os livros!». Contudo, uma leitura mais atenta poderá, afinal, provocar outra reacção, mormente se atentarmos que estamos perante um escritor praticamente desconhecido do actual grande público, mas que se insere na mais lídima corrente do neorrealismo português, tendo sido, por isso, perseguido pela censura de Salazar.

Nasceu Joaquim Falcão Marques Ferrer (de seu nome completo) em Miranda do Corvo, a 29 de Junho de 1914; faleceu em Lisboa, a 18 de Setembro de 1994. Fez os primeiros estudos em Miranda do Corvo, os estudos secundários em Coimbra e Lisboa, e formou-se em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



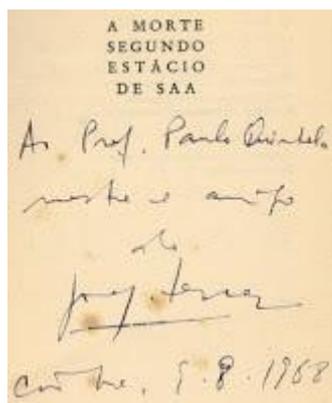
Ligado sempre ao movimento literário e artístico em Coimbra, Lisboa e, posteriormente, também em Paris, São Paulo e Rio de Janeiro, residiu na Suíça durante dois anos na sua juventude, e publicou, em 1941, o seu primeiro romance, *Rampagodos*, com capa de António Augusto de Oliveira, onde relata a infância no Portugal rural da época. O livro foi apreendido pela censura, o que muito reduziu a sua circulação; aliás, figura actualmente no rol dos livros raros e proibidos. Publicou, em 1945, com capa de Victor Palla (um conceituado nome na ilustração gráfica), outro romance, *Ilha Doida*, que retrata a vida num colégio interno e sobre o qual Eduardo Lourenço viria a escrever: «É uma mistura de queirozianismo e de realismo concreto, cru e chão dos nossos neo-realistas».

A situação não era, porém, a mais adequada aos seus propósitos e ideais, pelo que, no ano seguinte (1946) decide mudar-se para França, onde desempenhou funções no consulado português em Paris, até ser dispensado em 1949, por razões políticas.

Como pintor amador, apresentou a primeira exposição de arte abstracta em Portugal na galeria do *Diário de Coimbra* em 1950, exposição que causou escândalo na época.

Em 1951, partiu para o Brasil em digressão com o TEUC. Não tendo regressado com a Companhia, instalou-se em São Paulo como jornalista do *Estado de São Paulo*, e dirigiu a revista *Atlante*, de promoção da cultura luso-brasileira, onde defendeu a criação de uma comunidade de estados de língua portuguesa.

Continuando a escrever e a pintar, mudou-se em 1959 para o Rio de Janeiro, onde permaneceu, até regressar definitivamente a Portugal após o 25 de Abril.



Como alguém sublinhou, ao saudar a publicação, de *A Morte Segundo Estácio de Saa* (Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1968), «vindo de longo interregno, Joaquim Ferrer regressa à literatura com uma obra lírica», que Vitorino Nemésio não hesitou em qualificar de «raro e belo testemunho do espírito urbano de hoje». Seguir-se-ão, também em poesia, *Objectos Recuperados* (Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1969) e *Ornitorrincos* (Lisboa, 1970), este último de capa assaz curiosa pelo grafismo espalhado do título, como quem pretende debicar aqui e além...

A Revolução de Abril permitiu-lhe, enfim, respirar fundo; mas não voltou a tentar publicar o que, em prosa e poesia, foi escrevendo ao longo de décadas. Permitiu-lhe, também, ser reintegrado, de modo que o vemos em Lisboa, a trabalhar, a partir de 1976, na Secretaria de Estado da Cultura, no Gabinete de Relações Culturais Externas e no Instituto Português do Livro até 1984, ano em que se aposentou por limite de idade.

Continuou, porém, a escrever; e, por isso, é um vasto espólio de inéditos, dactilografados, em diferentes estados de acabamento que ora vai ser entregue à FLUC pela família: milhares de páginas (‘mais de três metros de estante’, confidenciou-me a Doutora Rita Marnoto, que gentilmente me facultou alguns dos elementos de que me estou a servir) de poesia, um romance, algumas centenas de contos e outras narrativas breves com tópicos da vida rural portuguesa, da vida urbana no Brasil, entre outros temas variados, pensamentos, além de cadernos manuscritos e diversos documentos biográficos do autor.

Não resisto a anexar a esta nota a página dactilografada em que Joaquim Ferrer traça, em pinceladas breves, o que foi a sua vida. No fundo, aquilo que ele gostava que ficássemos a saber dele. Ficamos, no entanto, a saber muito mais, porque – por detrás do que está explícito – há um mundo implícito por desvendar. E estou certo que, nesta descoberta, muitos estudos passarão doravante a ser feitos, a partir dos escritos que nos legou.

Anexo 2 - Memorando presente no arquivo

M E M O R A N D O

- . Joaquim FALCÃO M. FERRER, Português, casado;
- . Formado pela Universidade (Lisboa/Coimbra): História/Filosofia;
- . Publicou obras literárias: RAMPAGODOS, ILHA DOIDA, A MORTE SEGUNDO ESTÁCIO DE SAA, OBJECTOS RECUPERADOS, ORNITORRINCOS (mais dois volumes, no prelo)
- . Participou de Congressos Internacionais: Delegado Port. ao 10º Congr.º Inter. Da Racionalização do Trabalho (São Paulo), 1º Congr. Inter. de Filmologia (Paris), 2º Congr. Das Comunidades de Cultura Portuguesa (Moçambique), Congr. dosPEN (Paris/Londres)
- . Experiencia empresarial: Director da C.D.I. (Comp.º Deodoro Industria (2.000 operários), Director da Comp.º Usina do Outeiro (2.500 oper.) Director-Presidente da Agro-Industrial SA -Cimentos (250 oper.)
- . Director de ATLANTE (S.Paulo);
- . Co-Fundador do Circulo Teatral do Porto (Teatro Experimental);
- . Colaborou em diversos jornais e revistas;
- . Comentador de assuntos literários na Radio-Diffusion Française... (Paris)
- . Crítica de Artes plásticas;
- . Tradutor do Português para o Francês da obra dirigida por Albert Béguin "George Bernanos" (Ed. du Seuil, parte relativa a autores brasileiros);
- . Prof. Hist. e Filosofia;
- . Membro eleito do PEN (Poetry-Essay-Novel) de Paris, onde viveu alguns anos;
- . Membro da "La Critique Etrangère en France";
- . Elaborou Ante-Projecto sobre emigração para a UNESCO, sob o patrocínio da Delegação do Brasil (Prof. Paulo Carneiro);
- . Viagens a vários países da Europa, África e América do Sul; a e u A
- . Membro da Associação Comercial de Lisboa p/ as Relações c/ o Brasil.
- . Participou de debates em Bienais de S. Paulo;
- . Entrevistas à BBC (Londres)
- . Fundou Movimento Pro-Confederação (1961/Rio de Janeiro).

Anexo 3 - Nota Biográfica presente no arquivo

NOTA BIOBIBLIOGRÁFICA

: JOAQUIM FALCÃO FERRER

Nasceu em Miranda do Corvo, Coimbra, filho de ~~Manuel Marques Ferrer, advogado, e de M.E.~~ *Manuel Marques Ferrer, advogado, e prof. de Direito*

~~Falcão Ferrer.~~

- .Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas;
- .Cargos oficiais que ocupou: Diretor do Gabinete Coordenador de Actividades Culturais Exteriores; Director do Gabinete Coordenador de Actividades Culturais Internas; Assessor do Instituto Português do Livro (Departamentos da Secretaria de Estado da Cultura);
- .Co-Fundador de instituições de carácter cultural, tais como o Teatro Experimental do Porto;
- .Crítica literária na Radio-Diffusion Française, Paris;
- .Crítica de Artes plásticas em Portugal e Brasil;
- Publicou obra novelística e poética;
- .Verteu para língua francesa obra ensaística sobre o escritor francês George Bernanos (Le Seuil, Paris);
- .Participou em Congressos Internacionais;
- .Membro eleito do PEN CLUB francês, Paris;
- .Membro da Critique Etrangère em France;
- .Fundou e dirigiu a revista cultural ATLANTE, em São Paulo, Brasil;
- .Deu entrevistas para a BBC de Londres;
- .Elaborou o Ante-projecto relativo à Emigração para a UNESCO (Paris).
- .Expôs pintura em Portugal e Brasil;
- .Viagens a vários países da Europa, América do Norte, América do Sul e África;
- .Prolongadas estadias em alguns destes países.

Apêndice 1 - Guião de Entrevista ao Doutor Diogo Ferrer

1. Para além de Ilha Doida, Rampagodos, Objectos do Silêncio, Ornitorincos, Objetos Recuperados e a Morte de Segundo Estácio de Saa, foram editadas mais obras? Como por exemplo Mar das Crises e Jardins Proibidos.
2. Quais as funções desempenhadas por JF no TEUC?
3. Para além da sua participação nos TEUC, a que movimentos culturais/artísticos estava associado JF?
4. JF foi entrevistado pela BBC de Londres?
5. Os títulos das caixas (unidades de instalação) foram atribuídos por JF?
6. A coleção está completa?
7. Foi a família a organizar o arquivo?
8. Quem tinha a seu cargo a responsabilidade da digitalização? Onde está o suporte digital?

Apêndice 2 - Guião de Entrevista à Doutora Maria do Carmo Dias

1. Em que moldes/condições ocorreu a doação do Arquivo JF? Quem doou? Há um termo de doação?
2. Em que condições foi armazenado o arquivo?
3. Quando o arquivo chegou na FLUC, qual era o seu estado de conservação?
4. Havia algum tipo de organização no arquivo? Qual era? Pode descrever?
5. A quem pertence atualmente a guarda do arquivo?
6. O que se pretende com a comunicação da informação? Disponibilizar ao público? Digitalizar?
7. Uma vez organizado e disponibilizado aos utilizadores, a quem pertencerá a custódia do arquivo?

Apêndice 3 – FRD Preenchida

MODELO DE FICHA DE RECOLHA DE DADOS PARA O RECENSEAMENTO DE UNIDADES FÍSICAS (0)	
(1) Identificação do arquivo: Arquivo Joaquim Ferrer	(2) Nº FRD: 1
(3) Área orgânico-funcional/assunto: Expressão Artística	(4) Código de classificação:
(5) Tipo de unidade de instalação: Caixa 6	
(6) Título da unidade de instalação:	
(7) Título do documento: Atlante: Minuto por minuto um inglês viveu: a destruição de Lisboa	(8) () Atribuído
(9) Tipo documental: Publicação Periódica	(10) Código de referência: Ano 1, nº 1
(11) Data(s) de produção ou extremas: Abril de 1956	(12) () Atribuída(as)
(13) Descrição do conteúdo:	Minuto por minuto um inglês viveu a destruição de Lisboa é o nº 1 da revista Atlante que contém algumas crónicas sobre cinema, teatro e crítica literária.
(14) Descrição da estrutura:	O nº 1 da revista está dividido em 4 secções: Crítica literária Por R. Geles Lacroix; Cinema Por J. F. F.; Teatro Por E. Safanam; e Livros Por M. Apocalipse.
(15) Observações:	Existem 12 exemplares do primeiro número da revista Altante na mesma unidade de instalação.

Instruções para o preenchimento:

- (0) Unidade física: refere-se a cada uma das unidades que compõem um documento. Um documento simples compõe-se de apenas 1 unidade física. Um documento composto pode compor-se de mais do que uma unidade física. Exemplo: 1 carta=1 unidade física; 1 processo em 2 volumes=2 unidades físicas.
- (1) Designação que remeta, inequivocamente, ao produtor e à proveniência.
- (2) Registrar cada uma das FRD preenchidas em numeração sequencial e progressiva.
- (3) Exemplos de áreas orgânico-funcionais: Contabilidade, Financeiro, Património, Pessoal, Produção, Vendas, Marketing, etc.
- (4) No campo código de classificação, deve incluir qualquer código numérico, alfabético ou alfanumérico originalmente atribuído à unidade física. Exemplos: A-B-001; 1.1-004
- (5) Refere-se ao tipo de unidade de armazenamento. Exemplos: maço, caixa, rolo, pasta, livro, etc.
- (6) Registrar, se houver, o título que foi atribuído (ler esta informação na caixa, no maço, etc.).
- (7) Registrar o título que consta do documento (ou título formal), se houver. Atribuir um título, se não houver.
- (8) Indicar, em caso de se tratar de título atribuído.
- (9) Exemplos: escritura de compra e venda de terreno; carta de conclusão de curso; certificado de condução de veículos automotores; ata de reunião do conselho geral, etc.
- (10) Indicar o código de referência atribuído pelo produtor à unidade física, se houver.
- (11) Registrar apenas uma das duas. As datas extremas são mais apropriadas aos documentos compostos. As datas de produção aos documentos simples.
- (12) Indicar, em caso de ser (em) atribuída (s).
- (13) Descrever, de um modo geral, o conteúdo, matéria ou assunto de que trata o documento (simples ou composto).
- (14) Se se trata de um documento composto, descrever, de um modo geral, a estrutura, i.e., a organização original atribuída à unidade física (sequência dos documentos, ordenação, etc.).
- (15) Incluir qualquer informação adicional que pareça útil ou relevante.

